

Índice

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	1
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	4
5.3 - Descrição - Controles Internos	10
5.4 - Programa de Integridade	15
5.5 - Alterações significativas	19
5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos	20

10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	21
10.2 - Resultado operacional e financeiro	51
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	55
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	57
10.5 - Políticas contábeis críticas	61
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	64
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	65
10.8 - Plano de Negócios	66
10.9 - Outros fatores com influência relevante	70

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos**(a) política formalizada de gerenciamento de riscos**

A Companhia possui uma Política de Gestão de Riscos aprovada pelo Conselho de Administração em 12 de maio de 2017, a qual pode ser encontrada no seguinte endereço eletrônico:

https://apicatalog.mziq.com/Política_de_Riscos.pdf

(b) objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos

O Objetivo da Política de Gestão de Riscos é estabelecer as diretrizes, estratégias e responsabilidades na Gestão de Riscos das Empresas Randon, assim como a conceituação, identificação e análise dos riscos que possam afetar a Companhia, estabelecendo controles, monitoramento, tratamento, bem quanto aos respectivos documentos de suporte.

(i) riscos para os quais se busca proteção

Busca-se proteção para todo e qualquer tipo de risco que possa, de forma negativa, impactar o atingimento de objetivos traçados pela alta administração.

A Companhia classifica esses riscos de forma organizada e de acordo com a sua natureza: Estratégicos, Operacionais e Financeiros, principalmente riscos de mercado e exposições ao câmbio e juros.

Também é importante considerar que as operações da Companhia consomem muita energia, entre as quais, elétrica e gás natural, e a escassez ou alta nos preços destes recursos, podem ter um efeito adverso nos resultados, para o qual também são desenvolvidos mecanismos de proteção.

(ii) instrumentos utilizados para proteção

A descrição dos instrumentos utilizados para identificar, avaliar, mensurar e tratar os principais riscos que podem impactar os negócios da Companhia encontram-se na Política de Gestão de Riscos, destacada na letra (a) deste item 5.1.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

Adicionalmente, a Companhia mantém proteções específicas, tais como: Instrumentos financeiros derivativos denominados de *hedge* de fluxo de caixa, para proteger suas exposições aos riscos de variações em moedas estrangeiras, e também, mecanismo de proteção para o caso de escassez no abastecimento de gás natural, citado no item anterior, onde a Companhia poderá utilizar como seu substituto o GLP, e para isso monitora constantemente as opções de fornecimento disponíveis no mercado.

(iii) estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

A área de Auditoria Interna, Riscos e *Compliance* monitora os principais riscos aos quais as Empresas Randon estão sujeitas. Através do ciclo de Planejamento Estratégico das Unidades de Negócio são identificados, avaliados e mensurados os principais riscos que podem impactar os negócios da companhia.

As decisões sobre evitar, aceitar, reter, mitigar, transferir ou compartilhar riscos estão baseadas na avaliação do impacto dos mesmos sobre os indicadores de desempenho escolhidos frente aos custos de se estabelecerem controles internos e o risco residual, se existente.

A nível de Presidência das Empresas Randon, cabe a revisão e aprovação das definições gerais das estratégias de gestão de risco.

O Comitê Executivo é responsável em realizar uma avaliação continua da adequação e da eficácia de seu modelo de gestão de riscos.

A área de Auditoria Interna, Riscos e *Compliance* é responsável em manter a diretoria e Comitê Executivo regularmente informados sobre os riscos aos quais estão sujeitos a companhia, estabelecer procedimentos, parâmetros para gerenciar os riscos da instituição, promovendo o desenvolvimento de uma cultura de riscos e comunicação que envolva a todos os colaboradores das Empresas Randon, identificar, em conjunto com as áreas, os riscos operacionais inerentes a cada um dos processos e disseminar a cultura de controles internos das Empresas Randon.

A gestão dos riscos é responsabilidade de todos, sendo que os gestores de cada área atuam como representantes da área de Auditoria Interna, Riscos e *Compliance* facilitando a comunicação e a disseminação de informações ou procedimentos que sejam necessários, bem como, reportando qualquer evento de risco que impactou ou que foi preventivamente detectado em sua área de atuação.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

(c) adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

A área de Auditoria Interna, Riscos e *Compliance* tem como atribuição atuar no desenvolvimento de uma cultura organizacional de riscos e comunicação que envolva os colaboradores e partes que mantenham vínculo e/ou relação com as Empresas Randon.

A área de Auditoria Interna, a qual reporta-se ao Conselho de Administração, tem por objetivo principal promover a melhoria dos controles internos através de trabalhos de avaliação realizados sobre os processos e com base nos riscos inerentes a eles.

De forma geral, o departamento de auditoria interna tem as seguintes atribuições:

- Prover cobertura de avaliação para todos os processos relevantes da organização, em periodicidade e extensão determinada pelos riscos previamente mensurados e adequados ao porte da Companhia e a complexidade e volume de suas transações;
- Avaliar os riscos, levando em consideração o pleno conhecimento dos objetivos estratégicos do grupo, para que haja salvaguarda das políticas gerais que direcionam os negócios;
- Realizar trabalhos preventivos, objetivando aprimorar os controles internos, a fim de proporcionar uma maior segurança contra erros e falhas, intencionais ou não, que poderiam vir a comprometer os objetivos da organização;
- Efetuar o acompanhamento e validação das ações propostas nos Planos de Ação em resposta aos pontos levantados nas auditorias;
- Observar o código de ética da organização, e reportar o descumprimento a este;
- Assegurar a confidencialidade das informações e evidências utilizadas para realizar os trabalhos de auditoria, bem como dos fatos constantes nos relatórios de auditoria;
- Informar à alta administração e aos órgãos supervisores do setor financeiro, assim que tiver conhecimento, de fatos que possam estar relacionados à lavagem de dinheiro e fraude;
- Compartilhar, sempre que julgar necessário e mediante autorização do gerente de auditoria interna, informações e evidências com a auditoria externa e com os órgãos reguladores;
- Deixar à disposição da auditoria externa e dos órgãos supervisores os relatórios de auditoria interna, pelo prazo de 5 anos.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado**(a) política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado**

A Companhia possui uma Política de Gestão de Riscos que também aborda riscos de mercado aprovada em 12 de maio de 2017 pelo Conselho de Administração, que pode ser encontrada no seguinte endereço eletrônico:

https://apicatalog.mziq.com/Política_de_Riscos.pdf

(b) objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos de mercado

Estabelecer as diretrizes, estratégias e responsabilidades na Gestão de Riscos das Empresas Randon, assim como a conceituação, identificação e análise dos riscos que possam afetar as empresas, estabelecendo controles, monitoramento, tratamento, bem quanto aos respectivos documentos de suporte.

(i) os riscos de mercado para os quais se busca proteção

A Companhia e suas controladas buscam proteção para os riscos de inflação, políticas cambiais, redução na liquidez dos mercados internos de capital e de crédito, políticas monetárias, taxas de juros, instabilidades sociais ou políticas, controles sobre exportações e importações, políticas fiscais e legislação tributária e outros desdobramentos políticos, sociais e econômicos no Brasil ou que o afetem taxa de câmbio, taxa de juros, riscos de crédito e riscos relacionados a conforme qualitativa e quantitativamente descritos no item 4.2 deste Formulário de Referência.

Adicionalmente, é importante destacar que as operações da Companhia consomem muita energia elétrica e gás natural, e a escassez ou os preços altos destas fontes de energia podem representar um risco, com efeitos adversos nos resultados, para os quais são desenvolvidos mecanismos de proteção específicos.

Uma parcela das receitas da Companhia e de suas controladas são geradas pela comercialização de produtos para o mercado externo. Dessa forma, a volatilidade da taxa de câmbio está associada aos riscos de mercado a que a Companhia e suas controladas estão expostas.

Em complemento a estas informações, a Companhia e suas controladas contratam operações de financiamentos no mercado financeiro com taxas pré-fixadas ou pós-fixadas. Portanto, a Companhia apresenta um risco à variação das taxas de juros no endividamento contratado com taxas de juros pré e pós-fixadas.

(ii) a estratégia de proteção patrimonial (*hedge*)

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

Os valores justos são determinados com base em cotações de preços de mercado, quando disponíveis, ou, na falta destes, no valor presente de fluxos de caixa esperados. Os valores justos de caixa e equivalentes a caixa, de contas a receber de clientes, da dívida de curto prazo e de contas a pagar a fornecedores são equivalentes aos seus valores contábeis. Os valores justos de outros ativos e passivos de longo prazo não diferem significativamente de seus valores contábeis.

Como mecanismos de proteção, para o caso de escassez no abastecimento de gás natural, citado no item anterior, a Companhia poderá utilizar como seu substituto o GLP, e para isso monitora constantemente as opções de fornecimento disponíveis no mercado.

A administração desses riscos é efetuada por meio da definição de estratégias elaboradas e aprovadas pela Administração da Companhia, atreladas ao estabelecimento de sistemas de controle e determinação de limites de posições.

A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

(iii) os instrumentos utilizados para proteção patrimonial (*hedge*)

Os principais instrumentos utilizados pela Companhia são:

- *Non Deliverable Forward* (NDF)
- Financiamentos em moeda estrangeira

(iv) os parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos

Risco de Mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam dois tipos de risco: risco de taxa de juros e risco cambial. Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem empréstimos a receber e empréstimos a pagar, depósitos, instrumentos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado e instrumentos financeiros derivativos.

Hierarquia de valor justo e parâmetros utilizados:

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

- Nível 1: preços cotados (sem ajuste) nos mercados ativos para ativos ou

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado passivos idênticos;

- Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente;
- Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

A Companhia possui apenas instrumentos financeiros derivativos avaliados a valor justo, considerando uma técnica de avaliação de Nível 2.

Além disso, a Companhia, através do seu Comitê Executivo, sua Diretoria, sua gestão e seus comitês internos acompanha constantemente as condições de mercado, os indicadores macroeconômicos e as decisões de governos. Com isso a companhia monitora continuamente essas informações para avaliar a situação e com isso busca tomar decisões e se proteger contra os riscos que advém das condições econômicas, políticas, de inflação e de Governo.

Risco de Taxas de Juros

Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado.

A exposição da Companhia ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações de longo prazo sujeitas às taxas de juros variáveis.

A Companhia gerencia o risco de taxa de juros mantendo uma carteira equilibrada entre empréstimos a receber e empréstimos a pagar sujeitos a taxas fixas e taxas variáveis. Para mitigar esses riscos, a Companhia e suas controladas adotam como prática diversificar as captações de recursos em termos de taxas pré-fixadas ou pós-fixadas, análise permanente de riscos das instituições financeiras e, em determinadas circunstâncias, avaliam a necessidade de contratação de operações de *hedge* para travar o custo financeiro das operações.

Os rendimentos oriundos das aplicações financeiras, bem como as despesas financeiras provenientes dos empréstimos e financiamentos da Companhia, são afetados pelas variações nas taxas de juros, tais como TJLP, IPCA, Libor, URTJ, US\$ e CDI.

Como parâmetros utilizados para demonstrar a sensibilidade a uma possível mudança nas taxas de juros, mantendo-se todas as outras variáveis constantes no lucro da

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

Companhia antes da tributação, são considerados três cenários, sendo o cenário provável o adotado pela Companhia, mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado. Esses cenários são definidos com base na expectativa da Administração para as variações da taxa de juros nas datas de vencimento dos respectivos contratos sujeitos a esses riscos. A análise de sensibilidade leva em consideração as posições em aberto na data-base de encerramento do exercício, com base em valores nominais e juros de cada instrumento contratado.

Risco de Taxas de Câmbio

O risco de câmbio é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de câmbio. A exposição da Companhia ao risco de variações nas taxas de câmbio refere-se principalmente às atividades operacionais da Companhia (quando receitas ou despesas são denominadas em uma moeda diferente da moeda funcional) e aos investimentos líquidos da Companhia em controladas no exterior.

A Companhia atua internacionalmente e está exposta ao risco cambial decorrente de exposições de algumas moedas, principalmente em relação ao dólar dos Estados Unidos, que no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 apresentou variação positiva de 8,0% (14,5% positiva em 2018 e 8,5% negativa em 2017). O risco cambial também decorre de operações comerciais e financeiras, ativos e passivos reconhecidos e investimentos no exterior líquidos. A Companhia e suas controladas administram seu risco cambial em relação à sua moeda funcional. Além das contas a receber originadas por exportações no Brasil e dos investimentos no exterior que se constituem em *hedge* natural, a Companhia avalia constantemente sua exposição cambial e, quando necessário, contrata instrumento financeiro derivativo com a finalidade única de proteção (*hedge*).

Adicionalmente, a Companhia designa operações de “Financiamento” visando a proteger a exposição das vendas futuras altamente prováveis em moedas diferentes da moeda funcional. Essas operações são documentadas para o registro através da metodologia de contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*), em conformidade com o CPC 38 (R1). A Companhia registra em conta específica do patrimônio líquido os efeitos ainda não realizados desses instrumentos contratados para operações próprias. Em 31 de dezembro de 2019 mantinha suas posições de *hedge accounting* zeradas.

Essas operações são realizadas diretamente com instituições financeiras. O impacto sobre o fluxo de caixa da Companhia e de suas controladas se dá somente na data da liquidação dos contratos. Entretanto, deve-se considerar que a liquidação dessas

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

operações financeiras está associada ao recebimento das vendas, as quais estão igualmente associadas à variação cambial, portanto compensando eventuais ganhos ou perdas nos instrumentos de proteção devido a variações na taxa de câmbio.

Como parâmetros utilizados para demonstrar a sensibilidade a uma possível mudança nas taxas de câmbio do dólar, mantendo-se todas as outras variáveis constantes, do lucro da Companhia antes da tributação (devido a variações no valor justo de ativos e passivos monetários) e do patrimônio da Companhia, também são considerados três cenários, sendo o cenário provável o adotado pela Companhia, mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado. Esses cenários são definidos com base na expectativa da Administração para as variações da taxa de câmbio nas datas de vencimento dos respectivos contratos sujeitos a esses riscos.

(v) se o emissor opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (*hedge*) e quais são esses objetivos.

Atualmente, a Companhia não utiliza instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial.

(vi) a estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado

A área de Auditoria Interna, Riscos e *Compliance* é responsável por estabelecer procedimentos e parâmetros para gerenciar os riscos da instituição, promovendo o desenvolvimento de uma cultura de riscos e comunicação que envolva a todos os colaboradores das Empresas Randon.

A nível de Presidência das Empresas Randon, cabe a revisão e aprovação das definições gerais das estratégias de gestão de risco.

O Comitê Executivo é responsável em realizar uma avaliação continua da adequação e da eficácia de seu modelo de gestão de riscos.

A área da Controladoria estabelece procedimentos e parâmetros para gerenciar o risco de liquidez e de mercado/governamentais, verifica e monitora regularmente a posição de liquidez da instituição, estabelece procedimentos e parâmetros para gerenciar o risco de crédito a que as Empresas Randon estão sujeitas, verifica regularmente a posição da carteira de crédito das empresas fornecendo as áreas afins as informações necessárias para a condução dos seus negócios e verifica periodicamente as estratégias, políticas e procedimentos da gestão de crédito das Empresas Randon.

A gestão dos riscos é responsabilidades de todos, sendo que os gestores de cada área atuam como representantes da área de Auditoria Interna, Riscos e *Compliance*

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

facilitando a comunicação e a divulgação de informações ou procedimentos que sejam necessários, bem como reportando qualquer evento de risco que impactou ou que foi preventivamente detectado em sua área de atuação.

(c) adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada.

A área de Auditoria Interna, Riscos e *Compliance* monitora os principais riscos aos quais as Empresas Randon estão sujeitas. Tais riscos possuem indicadores que permitem acompanhar de forma tempestiva qualquer alteração que possa ocasionar impacto as Empresas, reduzindo perdas e evitando a materialização dos riscos.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

(a) as principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las:

Os controles internos existentes na Companhia visam garantir de forma razoável, em aspectos relevantes, a confiabilidade de todos os processos buscando a conformidade e a minimização dos riscos do negócio. Constantemente, há a adequação dos controles internos a fim de acompanhar as mudanças nas condições existentes nos processos e garantir a conformidade com políticas internas, legislação e normas vigentes.

Os relatórios financeiros e a preparação das demonstrações financeiras para divulgação externa, são elaborados conforme práticas contábeis adotadas no Brasil e Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS).

A Companhia conta com o ERP SAP, o qual é mundialmente reconhecido e está presente em diversas instituições de grande porte do Brasil e do Mundo, e constantemente vem aprimorando a automatização dos processos com foco em eficiência e segurança dos processos.

De forma complementar às estruturas de controles internos, a Auditoria Interna Corporativa de forma independente provém a cobertura de avaliação dos controles internos relevantes da organização, reportando as recomendações de melhorias necessárias aos processos, e a área de Gestão de Riscos Corporativa mapeia, em conjunto com a gestão do negócio, os controles chaves dos riscos corporativos das Empresas Randon.

Com base na sua avaliação, a Administração concluiu que no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia mantinha controles internos adequados sobre os relatórios financeiros, sem identificação de deficiências significativas a ponto de afetar a preparação e a qualidade das Demonstrações Financeiras.

(b) as estruturas organizacionais envolvidas

Dentro da estrutura de governança da companhia a Diretoria, a qual é composta pelos diretores estatutários, dentre outras atribuições respondem pelas informações das demonstrações financeiras, tendo como suporte para a elaboração dessas informações, a Controladoria e o Centro Serviço Compartilhado, onde se concentram de forma corporativa, dentre outros serviços, a contabilidade das Empresas Randon, garantindo a adoção das boas práticas de controle interno e observação das normas contábeis aplicáveis.

A Auditoria Interna Corporativa provém a cobertura de avaliação para os processos relevantes da organização, levando em consideração os objetivos estratégicos da companhia, avaliando a eficácia dos controles internos frente aos riscos. E a área de Gestão de Riscos Corporativa, fomenta a cultura de gestão de riscos, apoiando o negócio no mapeamento dos riscos da Companhia e nas respostas para tratamento desses riscos através dos controles chaves.

A Companhia também conta com um conselho fiscal que examina e recomenda a aprovação das demonstrações financeiras.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

(c) se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

Os resultados dos trabalhos de Auditoria Interna Corporativa são reportados ao Conselho de Administração, Conselho Fiscal e aos Diretores e Gerentes dos processos avaliados.

Para todas as deficiências apresentadas são solicitados à gestão a elaboração de planos de ação, sendo os mesmos monitorados posteriormente pela auditoria para fins de *follow-up* e de acompanhamento de indicadores de conformidade. Sendo que as fragilidades identificadas nos trabalhos da Auditoria Interna Corporativa que demonstrem vulnerabilidades e que possam impactar nas demonstrações financeiras são reportadas tempestivamente, para adoção das ações corretivas, em linha com as práticas e normas do *IPPF - International Professional Practices Framework – emitido pelo IIA -The Institute of Internal Auditors*.

Adicionalmente, a Auditoria Interna Corporativa monitora e acompanha todos os planos de ação originados dos pontos de melhoria de controles internos que integram o relatório de recomendações e comentários emitidos pela auditoria externa.

A área de Gestão de Riscos Corporativa monitora os planos de ação relativos as melhorias ou implementações de controles internos chaves em resposta aos riscos corporativos mapeados, reportando à diretoria da companhia e demais gestores envolvidos no processo, bem como ao Conselho de Administração os resultados desse gerenciamento.

(d) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente;

Os auditores externos conduziram um estudo e avaliação do sistema contábil e de controles internos da Companhia em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 com o objetivo de determinar a natureza, oportunidade e extensão da aplicação dos procedimentos de auditoria, mas não para fins de expressar uma opinião específica sobre os controles internos.

Os resultados desse estudo e avaliação para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 realizado pela Ernst & Young Auditores Independentes S.S., foram comunicadas à Companhia como sugestões de aprimoramento dos controles internos que têm por finalidade contribuir para o aperfeiçoamento dos controles internos e os procedimentos contábeis.

Os auditores independentes verificaram e recomendaram, para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, os seguintes aspectos relacionados ao ambiente de controles internos em conexão com as Demonstrações Financeiras, e a Administração apresenta os seus comentários a cada uma das recomendações:

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

1) Ausência de procedimento formal de alteração em rotinas críticas

Situação observada

Durante o nosso entendimento do ambiente de TI da Companhia identificamos que a criação e solicitação de modificação/cancelamento de jobs – rotinas críticas, é centralizada no profissional responsável pela infraestrutura de TI das Empresas Randon, que possui as autorizações necessárias para a manutenção destas rotinas. No entanto, observamos que não há formalização deste procedimento, incluindo quais são os profissionais autorizados a criar, modificar e cancelar rotinas críticas no sistema ERP.

Adicionalmente, identificamos que todos os usuários com acesso à transação SM37 – criação e modificação de jobs – possuem autorização sistêmica para modificações em rotinas críticas, ainda que não sejam os responsáveis pela infraestrutura de TI das Empresas Randon.

Por fim, em nossos procedimentos de entendimento do processo, não identificamos controles detectivos de revisão de modificações em rotinas críticas que analisem se as possíveis modificações realizadas possuem as adequadas aprovações e foram realizados pelos profissionais com acessos adequados.

Considerando que as rotinas críticas envolvem processos relevantes da Companhia, entre elas provisões contábeis, extração de relatórios, movimentações financeiras, bem como outros processos significativos, entendemos que a formalização adequada da política e a revisão periódica das modificações efetuadas mitigam o risco de falhas em rotinas críticas e, consequentemente, na operação das Empresas Randon.

Recomendação

Que sejam formalizados os procedimentos de alteração e manutenção das rotinas críticas realizadas no ERP, a revisão dos acessos de profissionais às transações de modificação, bem como revisão periódica das manutenções e modificações efetuadas.

2) Processo de validação de acessos de funcionários transferidos entre áreas

Situação observada

Durante os procedimentos de análise do ambiente de TI, constatamos que, no processo de transferência de funcionários entre setores da Companhia, o gestor do setor de origem da transferência indica se os perfis de acesso ao sistema SAP devem ser mantidos ou revogados. Constatamos que esse processo não passa por alçadas de aprovação, afim de avaliar a adequação dos acessos anteriores em relação às novas atribuições do profissional transferido. Adicionalmente, não identificamos, em nossos procedimentos, processo rotineiro de revisão se todos as solicitações de transferências, as quais são realizadas de forma manual, efetivamente foram realizadas no sistema SAP.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

Acessos não autorizados às informações críticas e confidenciais da Companhia, responsabilidades de acesso acumuladas e conflitantes quanto à correta segregação de funções possibilitam a perda de integridade dos dados, prejuízos financeiros e à imagem da empresa.

Recomendação

Que seja implantado um controle de revisão (preferencialmente sistêmico) para quando o profissional é transferido de cargo ou área, afim de os acessos do profissional transferido estejam aderentes às suas funções e que sejam removidos acessos não mais pertinentes às funções novas atribuídas.

3) Processos relacionados ao controle de acessos ao sistema SAP

Situação observada

Durante o processo de entendimento dos controles de acesso, observamos que a Companhia não possui uma matriz formalizada que relacione funções a acessos necessários para os profissionais, além de não observarmos um processo formalizado de revisão periódica de acessos de usuários ativos.

O risco associado a essa questão reside no fato de que acessos podem ser utilizados de forma indevida e desta forma possibilitar acessos não autorizados às informações críticas e confidenciais da Companhia, com possibilidade de perda de integridade dos dados, prejuízos financeiros e à imagem da Companhia.

Recomendação

Que a Companhia implemente um processo de revisão periódica dos acessos concedidos e modificações nos perfis de usuários ativos. Ainda, recomendamos a avaliação para implementação de uma matriz formalizada de atribuições e respectivos acessos, de forma a garantir que cada usuário tenha os acessos adequados em seu perfil de acordo com as suas atribuições na Companhia.

(e) comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

1) Ausência de procedimento formal de alteração em rotinas críticas

Comentários da Administração

A companhia formalizará os procedimentos de alteração e manutenção das rotinas críticas realizadas no ERP, de revisão dos acessos de profissionais às transações de modificação, bem como de revisão periódica das manutenções e modificações efetuadas.

Prazo: 31/10/2020.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

2) Processo de validação de acessos de funcionários transferidos entre áreas

Comentários da Administração

A companhia implementará controle sistêmico de revisão de acessos dos funcionários transferidos entre as Empresas Randon, a fim de remover as transações indevidas na nova função.

Este controle será feito por meio do nosso sistema de IAM (Identity and Access Management), o qual já é utilizado para a liberação de acessos no sistema SAP.

Prazo: 31/10/2020.

3) Processos relacionados ao controle de acessos ao sistema SAP

Comentários da Administração

A companhia implementará um processo de revisão anual dos acessos (considerando como base a data do aniversário de empresa de cada funcionário), por meio do nosso sistema de IAM (Identity and Access Management) o qual já é utilizado para a liberação de acessos no sistema SAP.

A implementação de uma matriz formalizada de atribuições e respectivos acessos não será possível nesse momento pelo fato de haver diversas funções/cargos entre as Empresas Randon com suas particularidades nas unidades.

Prazo: 31/10/2020.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

A companhia se preocupa com a construção de um ambiente organizacional ético para que todos exerçam suas atividades pautados pela honestidade, transparência, integridade e seriedade e, por meio disso, reafirmam o seu comprometimento com a sociedade como um todo.

O Programa de Integridade das Empresas Randon (ID Randon), representa a continuidade neste processo de evolução da governança das empresas, fortalecendo nossos valores e nossos princípios para os próximos desafios.

O programa de integridade contempla o Código de Conduta Ética, Políticas Corporativas, Canal de Ética e Portal *Due Diligence*, ferramenta utilizada para identificar potenciais riscos advindos da contratação de terceiros.

(a) regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública

A companhia possui a Política Anticorrupção que estabelece diretrizes e padrões que almejam assegurar que as Empresas Randon e todos que atuam em seu nome, entendam e atuem em conformidade com a lei.

A companhia dispõe também do Código de Conduta Ética que está fundamentado nos princípios das Empresas Randon e tem como principal objetivo orientar e compreender o que são condutas éticas, contribuindo as melhores escolhas diante de situações do cotidiano, dentro e fora do ambiente de trabalho.

O Portal de *Due Diligence* é também uma ferramenta utilizada para identificação de potenciais riscos de atos de corrupção advindos da contratação de terceiros.

(i) principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor

A descrição dos instrumentos utilizados para identificar, avaliar, mensurar e tratar os principais riscos que podem impactar os negócios da Companhia encontram-se na Política de Gestão de Riscos, que pode ser encontrada no endereço eletrônico:

https://apicatalog.mziq.com/Política_de_Riscos.pdf

O Código de Ética e as políticas corporativas são revisados anualmente.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

(ii) a estrutura organizacional envolvida no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade

A companhia possui a Política de *Compliance* aprovada pelo Conselho da Administração em 13 de julho de 2017 que visa orientar a função de *compliance* das Empresas Randon, por meio de diretrizes, princípios e responsabilidades observados no desempenho das atividades.

(iii) código de ética ou de conduta

O Código de Ética é aplicável a todos os funcionários e à Alta Administração das Empresas Randon independentemente de cargo ou funções exercidas, estendido à terceiros (exemplo: fornecedores, prestadores de serviços, agentes intermediários e associados) e foi aprovado pelo Conselho de Administração em 10 de maio de 2016, podendo ser acessado através do link:

[https://apicatalog.mziq.com/Código de Conduta.pdf](https://apicatalog.mziq.com/Código_de_Conduta.pdf)

A realização de treinamentos ocorre na integração do funcionário e/ou terceiro e também em pautas de reuniões mensais, vídeos institucionais, comunicações do endomarketing para disseminação das práticas, zelando pelo crescimento e integridade de todas as relações.

Em caso de violação, desvios aos valores, políticas ou cometimento de infrações legais e/ou contratuais, são aplicadas as sanções conforme previsto na Política de Consequências.

(b) canal de denúncia

O Canal de Ética aplica-se a funcionários e terceiros para todas Empresas Randon, suas coligadas, controladas, subsidiárias nas quais detenha sua integralidade ou participação, bem como empresas sob controle comum. É um canal exclusivo para comunicação segura e, se desejada, anônima, de condutas consideradas antiéticas ou que violem os princípios das Empresas Randon e/ou a legislação vigente.

O funcionário ou terceiro pode entrar em contato com o Canal de Ética através dos seguintes meios:

- Site: <https://canaldeetica.com.br/empresasrandon/>

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

- Telefone: 0800-777-0768, disponível 24h via gravação em secretária eletrônica ou de segunda à sábado das 08h às 20h, com atendimento pessoal especializado.
- E-mail: compliance@empresasrandon.com.br

A gestão e operação do Canal de Ética é realizada pela ICTS, uma empresa especializada em captação de relatos, garantindo total sigilo e confidencialidade. As demandas são analisadas pelo Comitê de Ética das Empresas Randon, que tem por atribuição dar cumprimento ao Código de Conduta Ética mediante o tratamento adequado à todas as ocorrências.

(c) procedimentos em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias visando à identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares

A companhia possui equipe própria e formal capacitada especialmente para assessorar a diretoria neste tipo de operação. Esta equipe se encarrega de acionar as demais equipes que precisam ser envolvidas em um processo desta natureza, além de garantir o atendimento aos requisitos previstos em procedimento específico. Este procedimento está descrito, documentado e controlado pelo sistema de gestão e orienta as fases a serem atendidas ao longo do processo.

Além de organizar os passos a serem seguidos, este documento define a prática de diligências prévias com o objetivo de avaliar de forma independente os riscos de natureza legal, tributária, econômica e ambiental e outros que sejam identificados pela equipe ou diretoria ao longo do processo. As diligências bem como seu resultado são feitas e apresentadas por empresas terceiras de reconhecida reputação nos ramos em que atuam passando por avaliação interna da equipe de Fusões & Aquisições da empresa.

Os resultados são apresentados pela diretoria que conduz o processo de negociação bem como a apresentação e aprovação das operações junto ao Comitê Executivo (não estatutário) bem como o Conselho de Administração da companhia. Nestes fóruns, são avaliados e discutidos os principais detalhes das operações, bem como avaliações econômicas e riscos que o negócio pode apresentar. Bem como quais as medidas de mitigação de risco serão tomadas, as quais envolvem, não se limitando à indicação de condições suspensivas e/ou precedentes à transação e provimento de garantias como conta de retenção e hipotecas em nome da Fras-le.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

(d) razões pelas quais o emissor não adotou regras, políticas, procedimentos ou práticas para prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública

Não aplicável, tendo em vista que, conforme acima descrito, a Companhia adotou regras, políticas, procedimentos ou práticas para prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.5 - Alterações significativas

Não houve alterações significativas nos principais riscos de mercado a que a Companhia está exposta.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e

Não há outras informações que julgemos relevantes em relação a esta Seção 5.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

As informações financeiras incluídas neste item 10 do Formulário de Referência, exceto quando expressamente ressalvado, são derivadas das Demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017, elaboradas em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standards Boards – IASB* ("IASB") e às práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), além de normas complementares emitidas pela CVM e por outros órgãos reguladores.

As informações constantes deste item 10 do Formulário de Referência devem ser lidas e analisadas em conjunto com as demonstrações financeiras da Companhia e suas respectivas notas explicativas, disponíveis no site da Companhia (<http://ri.fras-le.com.br>) e no site da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br).

a) Condições financeiras e patrimoniais gerais

A tabela abaixo apresenta os principais indicadores levados em consideração pela administração da Companhia na condução de seus negócios:

	Exercício social encerrado em			Variações horizontais	
	(em R\$ mil)			(em %, exceto se de outra forma indicado)	
	2019	2018	2017	2019 x 2018	2018 x 2017
Receita bruta de vendas	1.749.791	1.459.825	1.100.063	19,9%	32,7%
Receita bruta no mercado externo	690.227	592.555	414.703	16,5%	42,9%
Receita bruta no mercado doméstico	1.059.564	867.270	685.360	22,2%	26,5%
Receita líquida	1.365.509	1.141.149	832.831	19,7%	37,0%
Receita líquida no mercado externo	690.227	592.555	414.703	16,5%	42,9%
Receita líquida no mercado doméstico	675.798	548.595	418.128	23,2%	31,2%
EBITDA⁽¹⁾	175.224	183.862	106.432	-4,7%	72,8%
Margem EBITDA⁽²⁾	12,8%	16,1%	12,8%	-3,3 pp	3,3 pp
Lucro bruto	349.665	303.620	217.167	15,2%	39,8%
Lucro líquido	32.805	88.561	64.160	-63,0%	38,0%
Margem Líquida⁽³⁾	2,4%	7,8%	7,7%	-5,4 pp	0,1 pp
Patrimônio Líquido	779.328	826.560	783.021	-5,7%	5,6%
Retorno sobre o PL⁽⁴⁾	4,2%	10,7%	8,2%	-6,5 pp	2,5 pp
Dívida Bruta⁽⁵⁾	392.681	371.760	220.256	5,6%	68,8%
Curto prazo	117.995	157.413	135.038	-25,0%	16,6%
Longo prazo	274.687	214.347	85.218	28,2%	151,5%

(1) O EBITDA consiste no lucro líquido do exercício, acrescido das despesas financeiras líquidas, das receitas financeiras, das despesas de imposto de renda e contribuição social e das depreciações e amortizações. O EBITDA não é medida de desempenho financeiro elaborada segundo as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou IFRS, e tampouco deve ser considerado como uma alternativa ao lucro líquido, um indicador de desempenho operacional, uma alternativa aos fluxos de caixa ou como indicador de liquidez. O EBITDA é utilizado pela Companhia como indicador de seu desempenho operacional. A Companhia entende que esse indicador é apropriado para uma melhor compreensão do seu desempenho financeiro, bem como da sua capacidade de cumprir com obrigações passivas e obter recursos para arcar com suas despesas de capital e de capital de giro, uma vez que apresenta os resultados relacionados apenas às suas atividades operacionais, isentos de impactos de operações financeiras, pagamento de impostos e ajustes contábeis como a depreciação e a amortização. Ademais, a Companhia acredita que o EBITDA fornece uma medida útil de seu desempenho, que é amplamente utilizada por investidores e analistas para avaliar desempenho e comparar companhias. Entretanto, esse indicador não reflete a real geração de caixa da Companhia e não deve ser usado como tal. Para um reconciliação entre o lucro líquido e o EBITDA, vide item 3.2 deste Formulário de Referência.

(2) EBITDA dividido pela receita operacional líquida do exercício/período.

(3) Lucro Líquido dividido pela receita operacional líquida do exercício/período.

(4) Lucro Líquido dividido pelo patrimônio líquido.

(5) A dívida bruta corresponde às dívidas financeiras da Companhia (empréstimos e financiamentos) de curto e longo prazo.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

EXERCÍCIOS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

No ano de 2019 a receita líquida consolidada totalizou o equivalente a R\$ 1.365,5 bilhão, representando uma expansão de 19,7% comparada ao exercício de 2018. É necessário destacar mais uma vez, para efeitos comparativos, que o período dos 9M18 não contemplava a consolidação da Fremax, enquanto o ano de 2019 consolidou em todos os trimestres as receitas desta controlada. Com relação às vendas a partir do Brasil para o exterior, cabe comentar sobre o câmbio, onde a taxa média do dólar em 2019 de R\$ 3,64 foi semelhante à de 2018 e, portanto, ao considerarmos o exercício cheio, o seu efeito foi praticamente nulo. Por outro lado, o volume de dólares exportados apresentou melhor desempenho em relação ao ano anterior, mesmo considerando a parcela de exportações agregada pela controlada Fremax, pois houve melhora significativa do desempenho das vendas no mercado externo neste último trimestre de 2019, apesar do menor desempenho em algumas regiões em que a Fras-le comercializa os seus produtos, bem como, o redimensionamento de parte destas exportações para algumas operações da Fras-le no exterior.

Mercados	Receita Líquida por Mercados					
	2019		2018	Δ %		2017
MI Reposição	551,8	-40,4%	454,6	39,8%	21,4%	356,1
MI Montadora	123,5	-9,0%	94,0	8,2%	31,4%	62,1
Mercado Interno	675,3	49,5%	548,6	48,1%	23,1%	418,1
ME Reposição	641,9	-47,0%	547,3	48,0%	17,3%	372,5
ME Montadora	48,3	-3,5%	45,2	4,0%	6,8%	42,2
Mercado Externo	690,2	50,5%	592,6	51,9%	16,5%	414,7
Total Rec. Líquida Reposição	1.193,7	-87,4%	1.001,9	87,8%	19,1%	728,6
Total Rec. Líquida Montadoras	171,8	-12,6%	139,2	12,2%	23,4%	104,3
Total Rec. Líquida	1.365,5	100,0%	1.141,1	100,0%	19,7%	832,8

Valores em R\$ milhões

O lucro bruto consolidado de R\$ 349,7 milhões em 2019, apresentou evolução de 15,2% comparado aos R\$ 303,6 milhões de 2018, e atingiu uma margem bruta de 25,6%, e neste caso apresenta uma retração de 1,0 ponto percentual na comparação anual, o que reflete de forma mais clara a perda dos incentivos fiscais.

O grupo despesas operacionais mostra um aumento de 48,3% em 2019 comparado com 2018, o que se deve, principalmente, pela composição do grupo de contas "Outras despesas/receitas operacionais" de 2018, que estava com um saldo atípico neste período, em decorrência da compra vantajosa apurada na aquisição da Jurid do Brasil. Também deve ser considerado que a tabela de fretes sofreu reajuste entre os períodos comparativos, e que as despesas agregadas com a consolidação da Fremax equivalem ao período cheio de 2019, enquanto em 2018 contemplava apenas um trimestre. Adicionalmente, também impacta este grupo de contas, a suspensão dos subsídios fiscais, os ajustes na estrutura ao longo do ano, o incremento de algumas provisões, e também, o volume de contratações de assessorias, que podem variar significativamente entre os períodos.

	2019	%	2018	%	Δ %	2017	%
Despesas c/ Vendas	-133,4	-10,0%	-115,0	-10,1%	16,0%	-75,2	-9,0%
Despesas Administrativas	-107,6	-8,0%	-94,8	-8,3%	13,5%	-62,6	-7,5%
Outras Despesas / Receitas	-2,0	-0,1%	46,0	4,0%	-104,3%	-14,1	-1,7%
Outras Despesas Operacionais	-21,9	-1,6%	-22,7	-2,0%	-3,4%	-33,7	-4,0%
Outras Receitas Operacionais	19,9	1,5%	68,7	6,0%	-71,0%	19,5	2,3%
Total Desp/Rec Operacionais	-243,0	-18,1%	-163,8	-14,4%	48,3%	-151,9	-18,2%

Valores em R\$ milhões e % sobre Receita Líquida

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

A despesas com vendas somaram R\$ 133,4 milhões em 2019, representando 10,0% da receita líquida consolidada e uma evolução de 16,0% na comparação com o ano de 2018. Para efeitos comparativos deve ser considerado que além das despesas que migraram da consolidação da Fremax, também contribuíram para este aumento a elevação dos gastos logísticos, por consequência de reajustes na tabela de fretes, a revisão de algumas provisões, e a retirada dos benefícios fiscais subsidiados pelo Governo Federal.

Quanto às despesas administrativas, no montante de R\$ 107,6 milhões em 2019, representaram 8,0% das receitas e tiveram um aumento de 13,5% comparado ao ano de 2018. O maior nível também reflete gastos ocorridos com assessorias em projetos de M&A, e da mesma forma o incremento de algumas provisões, além do desvinculo de benefícios. No decorrer de 2019 também transitaram pelas despesas comerciais e administrativas os gastos com ajustes na estrutura ocorridos nos trimestres anteriores.

O grupo outras despesas/receitas operacionais, que também absorve a consolidação da Fremax, para efeitos comparativos, bem como, evidencia a diferença dos números, quando comparados com 2018, período que contempla o efeito da compra vantajosa apurada na aquisição da Jurid do Brasil. Também teve movimentação atípica no exercício de 2019, pois carregou um montante significativo de provisionamentos de despesas para contingências, e reavaliou os riscos de alguns litígios judiciais, classificados como perda possível e remota, para perda provável. Além disso, este grupo também absorveu despesas decorrentes de indenizações por adequação na estrutura, ocorridas principalmente no primeiro semestre deste exercício. Por outro lado, este grupo recebeu a contabilização de receita operacional, decorrente da reestruturação societária Eurobrakes/Fras-le no último trimestre do ano.

O EBITDA consolidado atingiu R\$ 175,2 milhões em 2019, valor que representou uma queda de 4,7% comparado ao ano de 2018. Da mesma forma a margem EBITDA de 12,8% no ano de 2019, equivale a um declínio de 3,3 pontos percentuais comparada com 2018. Antes de pontuarmos os efeitos que impactaram este indicador, devemos considerar que, para efeitos de comparabilidade, conforme já explorado anteriormente, o exercício de 2018 estava valorizado pelo ganho operacional gerado na compra da Jurid do Brasil, efeito que incrementou o EBITDA daquele ano em R\$ 52,5 milhões. Eliminando este valor e recompondo o indicador com outros efeitos não recorrentes ocorridos na época, o EBITDA ajustado em 2018 foi R\$ 146,5 milhões com margem de 12,6%, a qual se aproxima do atual desempenho. É necessário destacar que o EBITDA contempla um efeito positivo importante na sua composição registrado no último trimestre de 2019, pois com a correção dos ativos das controladas da Argentina (Mais valia), houve a necessidade de recalculer o valor anual da depreciação, fato que incrementou esta rubrica em R\$ 12,5 milhões no trimestre, contribuindo dessa forma para melhorar o desempenho operacional. Adicionalmente, o EBITDA foi beneficiado no exercício 2019 em R\$ 13,0 milhões, devido às contabilizações decorrentes da aplicação do IFRS 16 (CPC 06), norma contábil que vigora desde janeiro de 2019 e trata sobre o registro de contratos de arrendamento mercantil, e estabelece os princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil. Os contratos que a Companhia possui referentes a locações foram lançados no passivo com contrapartida no ativo intangível. E no resultado, os contratos são contabilizados em juros e amortização, afetando o EBITDA positivamente.

O resultado financeiro líquido de 2019 encerrou em R\$ 36,3 milhões negativo, o qual é 3,1% inferior quando comparado com 2018, redução que se deve, principalmente, pelo menor impacto sofrido na desvalorização do peso na Argentina, que resultaram em níveis inferiores em 2019 de despesas com variação sobre os saldos de contas patrimoniais sujeitas a efeitos monetários, nas controladas da Fras-le localizadas naquele país.

Quanto ao resultado líquido, os fatores elencados anteriormente neste relatório, combinado com o recálculo na correção monetária de imposto de renda diferido, constituído inicialmente no capital social das controladas da

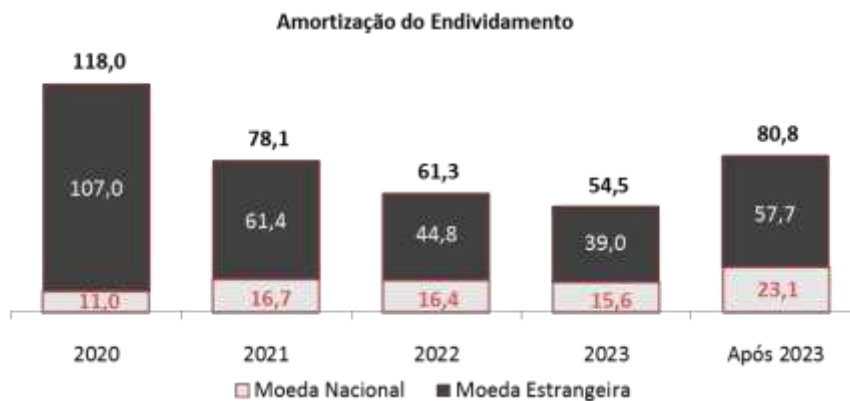
10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Argentina, no montante de R\$ 8,0 milhões e, a apuração de R\$ 4,9 milhões de imposto de Renda diferido sobre ganhos na reorganização societária da EuroBrakes, além de outros efeitos, resultou em um lucro líquido consolidado de R\$ 32,8 milhões em 2019, o qual representa um percentual 63,0% menor que 2018. Da mesma forma afetada, a margem líquida encerrou 2019 em 2,4%, ou 5,4 pontos percentuais menor que a de 2018, e mais uma vez, tem que ser considerado os efeitos do ganho na aquisição da Jurid na comparação com o ano anterior. Outro aspecto importante a ser considerado na composição do resultado líquido é que esta rubrica não contempla o efeito operacional positivo do recálculo da depreciação, relatado anteriormente, no desempenho do EBITDA, mas absorve todos os eventos adicionais que impactaram as despesas operacionais como o incremento de provisões, por exemplo.

Adicionalmente, a Companhia analisa o índice de liquidez corrente a fim de identificar possíveis desequilíbrios entre as dívidas e os recebíveis de curto prazo. Essa análise busca identificar possíveis necessidades de captação de recursos ou disponibilidade de caixa para futuros investimentos. Os Diretores entendem que os níveis atuais do índice de liquidez corrente e solvência estavam em boa situação em 2019. Os índices de liquidez corrente (calculado pela divisão do ativo circulante pelo passivo circulante), sendo que em 31 de dezembro de 2019, o índice de liquidez corrente da Companhia foi de 1,5.

Em 2019 a Companhia amortizou R\$ 142,0 milhões, dos quais, a Fras-le Brasil correspondeu a R\$ 98,5 milhões em amortizações da dívida financeira, enquanto as controladas desembolsaram R\$ 43,5 milhões em amortizações. Foram captados novos financiamentos no montante de R\$ 112,9 milhões, pela Fras-le Brasil e R\$ 41,9 milhões pelas controladas, basicamente para capital de giro. A dívida financeira bruta consolidada encerrou o exercício de 2019 com saldo de R\$ 392,7 milhões, sendo R\$ 118,0 milhões ou 30% correspondente ao curto prazo e R\$ 274,7 milhões ou 70% ao longo prazo, e R\$ 310,0 milhões ou 79% estão atrelados ao dólar.

A amortização da dívida consolidada apresenta-se conforme composição anual a seguir:



A composição da dívida líquida consolidada e seu múltiplo com o EBITDA após uma redução gradativa do volume dos recursos aplicados devido a amortização das aquisições, encerrou 2019 com um múltiplo de 1,1 EBITDA.

EXERCÍCIOS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

No ano de 2018 a receita líquida consolidada superou a escala dos milhões, atingindo a cifra de R\$ 1.141,1 bilhão, representando uma evolução de 37,0% comparado aos R\$ 832,8 milhões de 2017. Além das aquisições, a melhor performance das receitas também reflete os maiores volumes de vendas na maioria dos segmentos, nos principais mercados em que a Companhia atua. O câmbio foi outro fator importante para a evolução das receitas, analisando no aspecto das exportações, pois o dólar médio de R\$ 3,65 em 2018 apresentou elevação de 14,5%, comparado

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

com os R\$ 3,19 em 2017. Também é importante considerar que a composição do mix de vendas de 2018 foi mais favorável na comparação com ano anterior.

Receita Líquida por Mercados							
Mercados	2018		2017		Δ %	2016	
MI Reposição	454,6	39,8%	356,1	42,8%	27,7%	316,8	39,0%
MI Montadora	94,0	8,2%	62,1	7,5%	51,4%	52,9	6,5%
Mercado Interno	548,6	48,1%	418,1	50,2%	31,2%	369,7	45,5%
ME Reposição	547,3	48,0%	372,5	44,7%	46,9%	397,6	48,9%
ME Montadora	45,2	4,0%	42,2	5,1%	7,2%	45,4	5,6%
Mercado Externo	592,6	51,9%	414,7	49,8%	42,9%	443,0	54,5%
Total Rec. Líquida Reposição	1.001,9	87,8%	728,6	87,5%	37,5%	714,4	87,9%
Total Rec. Líquida Montadoras	139,2	12,2%	104,3	12,5%	33,5%	98,3	12,1%
Total Rec. Líquida	1.141,1	100,0%	832,8	100,0%	37,0%	812,7	100,0%

Valores em R\$ milhões

O lucro bruto consolidado de 2018 de R\$ 303,6 milhões, apresentou evolução de 39,8% comparado aos R\$ 217,2 milhões de 2017, e atingiu uma margem bruta de 26,6%, sendo que além da combinação câmbio com os maiores volumes de vendas, também reflete neste desempenho a composição mais favorável do *mix* de produtos vendidos ao longo do ano. Por outro lado, este desempenho está afetado pela combinação dos diversos fatores já relatados, que influenciaram no desempenho das receitas, e nos custos de produção. Quanto aos efeitos da adoção da norma de Contabilidade e Evidenciação em Economia Altamente Inflacionária (IAS 29), o lucro bruto absorveu R\$ 2,4 milhões negativo, considerando a diferença entre a receita e os custos produtivos ajustados.

O grupo de despesas operacionais, que se destacou no primeiro trimestre de 2018, em decorrência da compra vantajosa apurada na aquisição da Jurid do Brasil, encerrou o ano de 2018 apresentando uma evolução de 7,8% comparado ao ano anterior. Apesar do efeito positivo no primeiro trimestre e do crescimento das receitas de vendas, este nível não foi suficiente para diluir a estrutura de despesas agregada com as recentes aquisições, além de outros eventos a serem explicados a seguir.

	2018	%	2017	%	Δ %	2016	%
Despesas c/ Vendas	-115,0	-10,1%	-75,2	-9,0%	53,0%	-66,8	-8,2%
Despesas Administrativas	-94,8	-8,3%	-62,6	-7,5%	51,5%	-59,3	-7,3%
Outras Despesas / Receitas	46,0	4,0%	-14,1	-1,7%	-425,4%	-22,3	-2,7%
Outras Despesas Operacionais	-22,7	-2,0%	-33,7	-4,0%	-32,7%	-29,0	-3,6%
Outras Receitas Operacionais	68,7	6,0%	19,5	2,3%	252,0%	6,7	0,8%
Total Desp/Rec Operacionais	-163,8	-14,4%	-151,9	-18,2%	7,8%	-148,4	-18,3%

Valores em R\$ milhões e % sobre Receita Líquida

As despesas com vendas somaram R\$ 115,0 milhões em 2018, e apresentaram evolução de 53,0% comparado ao ano de 2017, representando 10,1% da receita líquida consolidada. Além das despesas que migraram das consolidações, inclusive ramp up, também contribuiu para o maior nível de despesas comerciais a elevação dos gastos logísticos por consequência de reajustes na tabela de fretes, e ainda, a reoneração da folha de pagamento. nas despesas administrativas, no montante de R\$ 94,8 milhões em 2018, a evolução corresponde a 51,5% em relação ao ano de 2017, representando 8,3% das receitas. Da mesma forma, o maior nível reflete as despesas que migraram pelas consolidações, inclusive ramp up, gastos com assessorias em projetos de M&A ocorridos ao longo do ano, e da mesma forma, a reoneração da folha.

As outras despesas e receitas operacionais absorveram as maiores variações decorrentes da consolidação das aquisições, com destaque para o cálculo de mais valia, da controlada Jurid do Brasil, contabilizado no início do ano,

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

que resultou em compra vantajosa, originando um ganho operacional de R\$ 52,5 milhões, contribuindo para as outras despesas e receitas operacionais encerrar 2018 com um saldo positivo líquido de R\$ 46,0 milhões.

O EBITDA consolidado somou R\$ 183,9 milhões em 2018, valor que representa um avanço de 72,8% comparado com o ano anterior, enquanto a margem EBITDA de 16,1% equivale a uma evolução de 3,4 pontos percentuais nas mesmas bases comparativas. Apesar do maior nível de despesas operacionais agregadas, a evolução é justificada por efeitos do cálculo do valor justo da controlada Jurid, que resultou em ganho operacional, conforme relatado nos comentários das despesas e receitas operacionais, e a melhor composição do mix de produtos vendidos em 2018. Deve ser considerado ainda, que o EBITDA reportado inclui um efeito negativo de R\$ 1,2 milhões, correspondente a composição líquida da receita, CPV e despesas operacionais, resultante da aplicação da norma de Contabilidade e Evidenciação em Economia Altamente Inflacionária (IAS 29).

O resultado financeiro líquido de R\$ 37,5 milhões negativo em 2018, sofreu um impacto significativo pela desvalorização do peso argentino e pela inflação na Argentina, que resultou em um nível elevado de despesas com variação cambial sobre os saldos de empréstimos, fornecedores do exterior e outras contas sujeitas a efeitos monetários, nas controladas da Fras-le localizadas na Argentina. A redução dos recursos aplicados, para saldar os débitos decorrentes das aquisições, foi outro fator que influenciou para a alteração do resultado financeiro, pois reduziu as receitas financeiras oriundas de aplicações. Por outro lado, com a adoção da norma de Contabilidade e Evidenciação em Economia Altamente Inflacionária (IAS 29), o resultado financeiro passou por um ajuste positivo líquido de R\$ 13,0 milhões na composição das contas de despesas e receitas financeiras, considerando também efeito de correção monetária, decorrente da adoção da norma.

Após os efeitos da adoção da norma de Contabilidade e Evidenciação em Economia Altamente Inflacionária (IAS 29), correspondente ao segundo semestre, o lucro líquido consolidado de 2018 atingiu o montante de R\$ 88,6 milhões, correspondendo a uma evolução de 38% comparado ao ano anterior, enquanto a margem líquida de 7,8% se manteve estável. É importante considerar que o melhor desempenho tem a contribuição dos efeitos do cálculo do valor justo na aquisição da Jurid do Brasil, no montante líquido de R\$ 34,7 milhões. Outro fator que é importante destacar, e que contribuiu para a boa performance do lucro líquido no período acumulado, foi o benefício fiscal de R\$ 16,9 milhões, pelo pagamento de juros sobre capital próprio. Além dos efeitos operacionais já destacado anteriormente, o resultado líquido reportado também absorve uma composição positiva de R\$ 13,0 milhões, relativo ao ajuste no resultado financeiro, e um impacto negativo de R\$ 2,7 milhões, correspondente a imposto de renda e contribuição social, ambos resultantes da adoção da norma (IAS 29).

Adicionalmente, a Companhia analisa o índice de liquidez corrente a fim de identificar possíveis desequilíbrios entre as dívidas e os recebíveis de curto prazo. Essa análise busca identificar possíveis necessidades de captação de recursos ou disponibilidade de caixa para futuros investimentos. Os Diretores entendem que os níveis atuais do índice de liquidez corrente e solvência estavam em boa situação em 2018. Os índices de liquidez corrente (calculado pela divisão do ativo circulante pelo passivo circulante), sendo que em 31 de dezembro de 2018, o índice de liquidez corrente da Companhia foi de 2,1.

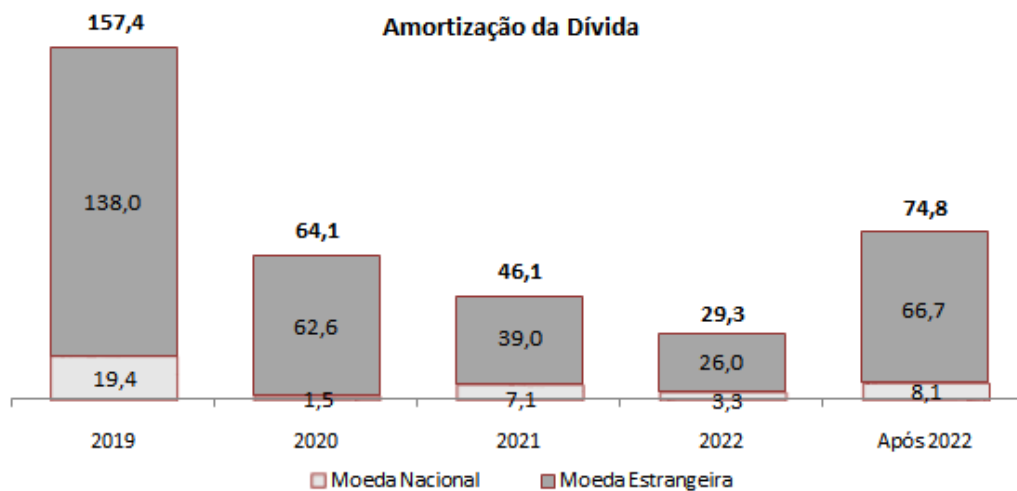
A manutenção da saúde econômica financeira é consequência da estratégia de gestão conservadora dos ativos que maximiza giro dos ativos operacionais e dimensiona investimentos com vista a não ultrapassar os padrões de endividamento previstos. Parte dos recursos da Companhia estão aplicados no mercado financeiro, considerando inclusive o valor originado por ocasião de aumento de capital através da oferta de ações. Com o registro dessas aplicações, somado a outros recursos em caixa e bancos, as disponibilidades da Companhia encerraram o ano de 2018 com um saldo de R\$ 230,6 milhões, resultando em uma dívida líquida de R\$ 141,2 milhões.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

No ano de 2018 a Companhia amortizou R\$ 155,9 milhões, dos quais Fras-le Brasil correspondeu a R\$ 124,0 milhões em amortizações da dívida financeira, enquanto as controladas desembolsaram R\$ 31,9 milhões em amortizações.

A dívida financeira bruta consolidada encerrou o ano de 2018 com saldo de R\$ 371,8 milhões, sendo R\$ 157,4 milhões ou 42% correspondente ao curto prazo e R\$ 214,3 milhões ou 58% ao longo prazo, e R\$ 332,4 milhões ou 89% estão atrelados ao dólar, porém, parte do impacto cambial é mitigado pelo volume de exportações da Fras-le, o qual permite a formação de um hedge natural.

A amortização da dívida consolidada apresenta-se conforme composição anual a seguir:



Conforme pode ser observado nos números de endividamento, a Companhia apresenta plena capacidade de pagamento de todos os seus compromissos financeiros de curto e longo prazo, sendo que o endividamento é calculado pela seguinte fórmula: (divisão da dívida líquida – empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo menos caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras de liquidez não imediata – pelo EBITDA dos últimos 12 meses). Em 31 de dezembro de 2018 o índice de endividamento foi de 0,8.

EXERCÍCIOS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

Em 2017, a receita líquida consolidada somou R\$ 832,8 milhões, atingindo um melhor desempenho comparado com o exercício de 2016, com evolução de 2,5%. A boa performance das receitas se deve, em grande parte, pelo maior volume de vendas em todos os mercados e segmentos. Apesar da evolução, as receitas ainda foram impactadas negativamente pelo efeito cambial, pela diferença nas taxas entre os períodos, onde o dólar médio de 2017 de R\$ 3,19 apresentou-se 8,5% inferior aos R\$ 3,49 de 2016, refletindo sobre o montante faturado em dólares.

Apesar dos melhores volumes de vendas também refletirem positivamente na receita líquida, a performance das exportações em dólar foi inferior em 2017, o que se deve a fatores específicos, que comprometeram o desempenho das vendas em alguns países onde a Companhia atua, e serão explicados nos comentários sobre as exportações, na sequência deste relatório. Também ocorreu um volume maior de exclusões de receitas de exportação do final de 2017, devido a atrasos em desembaraços logísticos.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Adicionalmente, é importante lembrar que a redução nas receitas de exportação, relativo a impacto da política contábil de *hedge accounting*, totalizou R\$ 9,1 milhões no ano de 2017.

O lucro bruto consolidado de 2017, da mesma forma comprometido pelo efeito cambial nas exportações e pelo *hedge accounting*, apresentou queda comparado ao ano anterior. Embora a Companhia tenha sido beneficiada nas compras de matéria prima importada, por uma taxa de câmbio médio inferior em 2017, ocorreram aumentos de preços das resinas e do aço, que são matérias-primas utilizadas em grande escala pela Fras-le, fato que também influenciou no desempenho do lucro bruto no ano de 2017.

Receita Líquida por Mercados							
Valores em R\$ milhões	2017		2016		Δ %	2015	
Mercados							
Reposição	356,1	42,8%	316,8	39,0%	12,4%	350,3	40,0%
Montadoras	62,0	7,4%	52,9	6,5%	17,3%	78,5	9,0%
Mercado Interno	418,1	50,2%	369,7	45,5%	13,1%	428,9	49,0%
Reposição	372,5	44,7%	397,6	48,9%	-6,3%	393,6	45,0%
Montadoras	42,2	5,1%	45,4	5,6%	-7,1%	52,5	6,0%
Mercado Externo	414,7	49,8%	443,0	54,5%	-6,4%	446,1	51,0%
Total Rec. Líquida Reposição	728,6	87,5%	714,4	87,9%	2,0%	744,0	85,0%
Total Rec. Líquida Montadoras	104,2	12,5%	98,3	12,1%	6,0%	131,0	15,0%
Total Rec. Líquida	832,8	100,0%	812,7	100,0%	2,5%	875,0	100,0%

As despesas operacionais (comerciais, administrativas e outras despesas/receitas operacionais) somaram R\$ 151,9 milhões no ano de 2017, apresentando uma pequena evolução de 2,4% comparadas ao ano de 2016, quando havia somado R\$ 148,4 milhões. Estas despesas representaram 18,2% da receita líquida consolidada do exercício, enquanto em 2016 essa representatividade foi 17,0%. Este desempenho está melhor detalhado a seguir:

	2017	%	2016	%	Δ %	2015	%
Despesas com Vendas	-75,2	-9,0%	-66,8	-7,6%	12,5%	-88,2	-10,1%
Desps Gerais e Administrativas	-62,6	-7,5%	-59,3	-6,8%	5,6%	-69,1	-7,9%
Outras Desps/Recs Líquidas	-14,1	-1,7%	-22,3	-2,5%	-36,7%	-17,4	-2,0%
Outras Desps Operacionais	-33,7	-4,0%	-29,0	-3,3%	16,2%	-29,5	-3,4%
Outras Recs Operacionais	19,6	2,3%	6,7	0,8%	193,3%	12,1	1,4%
Total Desp/Rec Operacionais	-151,9	-18,2%	-148,4	-17,0%	2,3%	-174,7	-20,0%

Valores em R\$ milhões e % sobre Receita Líquida

As despesas comerciais de 2017, equivalentes a R\$ 75,2 milhões, apresentaram-se superior na comparação com 2016, sendo que entre os fatores que influenciaram este aumento estão alguns programas de incentivo de vendas, aumento nas despesas com fretes, e parcela de despesas de vendas agregada pela aquisição das empresas Armetal, Farloc e Fanacif. Além dos fatores relacionados anteriormente, a base comparativa está comprometida para análise entre os períodos, devido a ocorrência em 2016 de reversões de provisões (devedores duvidosos e contingências).

As despesas administrativas, por sua vez, somaram R\$ 62,6 milhões em 2017, apresentando uma evolução de 5,6% em relação ao ano de 2016, fato que se deve ao maior volume de despesas com assessorias tributárias e jurídicas, e também, por parcela de despesas administrativas agregada de aquisições.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

O grupo de outras despesas/receitas apresentou variações atípicas, no exercício de 2017, entre as quais: i) contabilização de R\$ 8,8 milhões de despesas com *impairment*, constituído por subsidiária do exterior; ii) despesas por adesão a Programas de Regularização Tributária; e também, iii) parcela de outras despesas operacionais agregada de aquisições. Por outro lado, foi possível obter ganho de processos judiciais em curso, que beneficiou este grupo de despesas no montante de R\$ 9,2 milhões. Este *impairment* reconhecido pela subsidiária Fras-le North América, a Companhia identificou que a unidade geradora de caixa, de Blocos (Lonas de freio p/veículos pesados), localizada na subsidiária, não apresentou viabilidade econômica e nem expectativa de recuperar, em sua integralidade, os montantes investidos no projeto.

O EBITDA consolidado, de R\$ 106,4 milhões em 2017, reflete os efeitos relacionados nos comentários das receitas de vendas e das despesas operacionais, apresentando uma redução de 13,9% em relação ao ano de 2016. A margem EBITDA ficou em 12,8% no ano, que corresponde a uma redução de 2,4 pontos percentuais comparado à 2016. É importante ressaltar que o desempenho do EBITDA em 2017, reflete também o impacto do *hedge accounting* e das despesas com *impairment*.

Em 2017 o resultado financeiro líquido atingiu um superávit de R\$ 18,3 milhões, sendo equivalente a um desempenho 6,9 vezes maior que o superávit financeiro de R\$ 2,6 milhões no ano de 2016. Entre os principais fatores que contribuíram para este desempenho aparecem a redução dos saldos de empréstimos e financiamentos, e também, a redução nas taxas do câmbio, que teve efeito favorável na composição dos pagáveis e recebíveis sujeitos à variação cambial. O efeito da redução nas taxas de juros ao longo de 2017, sobre os saldos de recursos captados na oferta de ações ocorrida em 2016, e aplicados no mercado financeiro, foi atenuado tendo em vista que no ano passado estes recursos absorveram correção integral dos 12 meses do ano, enquanto em 2016 a correção correspondeu apenas a 9 meses pelo fato dos recursos ingressarem na Companhia no mês de abril.

O lucro líquido de 2017 também absorveu em seu desempenho, além dos fatores relacionados aos aspectos operacionais, variações do resultado financeiro, encerrando o período em R\$ 64,2 milhões, com uma margem líquida de 7,7%. Ocorreu também uma redução de alíquota de impostos nos Estados Unidos, que teve impacto negativo sobre ativos diferidos da controlada Fras-le North América. É importante destacar que neste exercício está refletindo no lucro líquido um benefício fiscal de R\$ 17,9 milhões, pelo pagamento de juros sobre capital próprio.

Adicionalmente, a Companhia analisa o índice de liquidez corrente a fim de identificar possíveis desequilíbrios entre as dívidas e os recebíveis de curto prazo. Essa análise busca identificar possíveis necessidades de captação de recursos ou disponibilidade de caixa para futuros investimentos. Os Diretores entendem que os níveis atuais do índice de liquidez corrente e solvência estavam em boa situação em 2017. Os índices de liquidez corrente (calculado pela divisão do ativo circulante pelo passivo circulante), sendo que em 31 de dezembro de 2017, o índice de liquidez corrente da Companhia foi de 2,1.

A manutenção da saúde econômica financeira é consequência da estratégia de gestão conservadora dos ativos que maximiza giro dos ativos operacionais e dimensiona investimentos com vista a não ultrapassar os padrões de endividamento previstos. Parte dos recursos da Companhia estão aplicados no mercado financeiro, considerando inclusive o valor originado por ocasião de aumento de capital através da oferta de ações. Com o registro dessas aplicações, somado a outros recursos em caixa e bancos, as disponibilidades da Companhia encerraram o período com um saldo de R\$ 484,7 milhões, resultando em um superávit financeiro líquido de R\$ 264,4 milhões.

Em 2017 a Fras-le Brasil amortizou R\$ 122,8 milhões da dívida financeira, enquanto as controladas somaram R\$ 15,2 milhões em amortizações. Foram tomados novos financiamentos na ordem de R\$ 80,1 milhões, pela Fras-le Brasil, basicamente para capital de giro, e R\$ 7,1 milhões através das controladas.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

A dívida financeira bruta consolidada encerrou o exercício com saldo de R\$ 220,3 milhões. Deste montante R\$ 135,0 milhões ou 61,3% correspondem ao curto prazo e R\$ 85,2 milhões ou 38,7% ao longo prazo, sendo R\$ 170,2 milhões ou 77,3% atrelados ao dólar, porém, com possíveis impactos da variação cambial amenizados pelo hedge natural obtido através das exportações.

A amortização da dívida consolidada apresenta-se conforme composição anual a seguir:



Conforme pode ser observado nos números de endividamento a Companhia apresenta plena capacidade de pagamento de todos os seus compromissos financeiros de curto e longo prazo, sendo que o endividamento é calculado pela seguinte fórmula: (divisão da dívida líquida – empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo menos caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras de liquidez não imediata – pelo EBITDA dos últimos 12 meses). Em 31 de dezembro de 2017 o índice de endividamento foi de -2,5.

b) Estrutura de capital

A Companhia entende que a sua atual estrutura de capital, mensurada principalmente pela relação do seu passivo total e seu patrimônio líquido apresenta níveis baixos de alavancagem, situação que faz parte de sua estratégia de investimentos.

Em 31 de dezembro de 2019, o patrimônio líquido da Companhia era de R\$ 779,3 milhões, comparado a R\$ 826,6 milhões em 31 de dezembro de 2018 e R\$ 783,0 milhões em 31 de dezembro de 2017.

A redução do patrimônio líquido de 5,7% ou R\$ 47,2 milhões em 31 de dezembro de 2019, quando comparado com 31 de dezembro de 2018, refere-se ao desempenho operacional do período, que resultou em redução das reservas de lucros e resultados abrangentes, decorrente de um resultado líquido menor.

O Aumento do patrimônio líquido de 5,6% ou R\$ 43,6 milhões em 31 de dezembro de 2018, quando comparado com 31 de dezembro de 2017, refere-se ao desempenho operacional do período, que resultou em um aumento das reservas de lucros e resultados abrangentes.

A operação

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2019, a estrutura de capital da Companhia era composta por 48,1% de capital próprio e 54,1% de capital de terceiros, enquanto em 31 de dezembro de 2018 esta estrutura era composta por 54,1% de capital próprio e 42,3% de capital de terceiros, e em 31 de dezembro de 2017 esta estrutura era composta por 57,7% de capital próprio e 42,3% capital de terceiros, respectivamente, conforme evidenciado na tabela seguinte:

	Em 31 de dezembro de		
	2019 (em R\$ mil)	2018 (em R\$ mil)	2017 (em R\$ mil)
Capital próprio			
Capital social	600.000	600.000	600.000
Reserva de lucros	170.010	195.659	150.182
Outros resultados abrangentes	-5.851	11.468	30.713
Participação de acionistas não controladores	15.169	19.433	2.126
Patrimônio líquido	779.328	826.560	783.021
Capital de terceiros			
Passivo circulante	341.791	373.147	418.321
Passivo não circulante	498.904	327.506	155.123
Total do passivo	840.696	700.653	573.444
Total do passivo e patrimônio líquido	1.620.024	1.527.213	1.356.465

c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A Companhia mantém boa capacidade de pagamento dos seus compromissos financeiros de curto e longo prazo. Esta situação se mantém estável ao longo dos anos como atestam seus índices de liquidez corrente (calculado pela divisão do ativo circulante pelo passivo circulante) e endividamento (calculado pela divisão da dívida líquida – empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo menos caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras de liquidez não imediata – pelo EBITDA dos últimos 12 meses) sendo que este apresentou significativa redução devido, em grande parte, pelo incremento de capital efetuado em decorrência da oferta de ações, que refletiu em aumento do saldo de recursos aplicados no mercado financeiro, e também, à redução nos níveis de dívida financeira, devido a liquidação de alguns empréstimos no período. A redução no índice de liquidez de 2,1 em dezembro de 2018 para 1,5 em 31 de dezembro de 2019 refere-se a valores apropriados no passivo circulante como outras exigibilidades, destinados a quitação de aquisições de empresas adquiridas no exterior e a consequente redução nos saldos de aplicações financeiras. O índice de endividamento saiu da inversão passando de 0,8 em 2018 para 1,0 em 2019, o que demonstra, com maior intensidade, a destinação de recursos para quitação de aquisições de empresas concluídas ao longo de 2018, sendo que o índice de liquidez corrente se manteve estável. A Companhia acredita que a manutenção da sua saúde econômica financeira é consequência da estratégia de gestão conservadora dos ativos da Companhia que visa a maximizar o giro dos ativos operacionais.

Em 31 de dezembro de 2019, o índice de liquidez corrente da Companhia foi de 2,1 e o índice de endividamento foi de 1,0.

Em 31 de dezembro de 2018, o índice de liquidez corrente da Companhia foi de 2,1 e o índice de endividamento foi de 0,8.

Em 31 de dezembro de 2017, o índice de liquidez corrente da Companhia foi de 2,1 e o índice de endividamento foi de -2,5.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

O caixa e equivalentes de caixa apresentou significativa redução ao longo do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, comparado aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2018 e 2017. A redução está relacionada ao volume de aquisições de empresas e a consequente redução de recursos aplicados para quitação destas disponibilidades.

A tabela abaixo relaciona os empréstimos e financiamentos da Companhia em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016:

Financiamentos (em R\$ mil):	Indexador	Juros	Venciment o	Em 31 de dezembro de		
				2019	2018	2017
Circulante						
Moeda nacional:						
Empréstimos bancários – FINEP	TJLP	4% a 5% a.a.	02/2020	630	3.780	3.786
BNDES	TJLP	1,97% a 7% a.a.	11/2019	-	7.174	7.804
Incentivo Fiscal Fundopem	IPCA	3,0% a.a.	05/2027	4.606	4.640	3.934
Empréstimos capital de giro	CDI	118,5% a.a.	09/2021	107	40	66
Vendor	Selic	3% a.a.	01/2020	4.690	3.790	3.098
NCE	CDI	115,75% a.a.	07/2024	940	-	-
Moeda estrangeira:						
Empréstimos bancários	Libor + Fixo + Var. Cambial	2,75% a 9,75% a.a.	03/2023	16.061	22.780	12.872
BNDES	Taxa variável BNDES	1,97% a.a.	01/2020	238	2.743	2.349
Resolução 2770 NCE	Libor + Variação Cambial	4,5% a.a.	03/2020	18.667	36.305	31.367
Financiamento ME	Libor + Fixo + Var. cambial	2,97% a 5,94% a.a.	07/2025	21.795	13.446	-
NCE	Fixo + Var. cambial	3,29% a 6,03% a.a.	02/2021	6.179	6.868	-
ACC	Taxa fixa+Var. cambial	3,65% a 3,66% a.a.	05/2020	39.225	48.597	67.468
Finex, Finimp, Term Loan	Fixo + Var. cambial	2,75% a 5,77% a.a.	01/2037	4.701	7.250	-
				117.839	157.413	135.038
Não circulante						
Moeda nacional:						
Empréstimos bancários – FINEP	TJLP	4 a 5% a.a.	02/2020	-	629	4.400
Empréstimos capital de giro	CDI	118,5% a.a.	08/2024	8.000	3.000	-
Incentivo Fiscal Fundopem	IPCA	3,0% a.a.	05/2027	13.258	16.356	19.808
NCE	CDI	115,75% a.a.	07/2024	50.446	-	-
Moeda estrangeira:						
Empréstimos bancários	Cambial	2,75% a 9,75% a.a.	03/2023	27.787	15.698	6.263
Financiamento ME	Libo + Fixo + Var. cambial	2,97% a 5,94% a.a.	07/2025	96.892	113.069	-
BNDES	Taxa variável BNDES	1,97% a.a.	01/2020	-	228	2.530
Resolução 2770 NCE	Libor + Var. cambial	4,5% a.a.	03/2020	-	17.612	45.109
NCE	Fixo + Var. cambial	3,29% a 6,03% a.a.	07/2024	53.048	5.893	-
Finex, Finimp, Term Loan	Fixo + Var. cambial	2,75% a 5,77% a.a.	01/2037	25.256	41.862	-
				274.687	214.347	85.218
Total de empréstimos sujeitos a juros				392.526	371.760	220.256

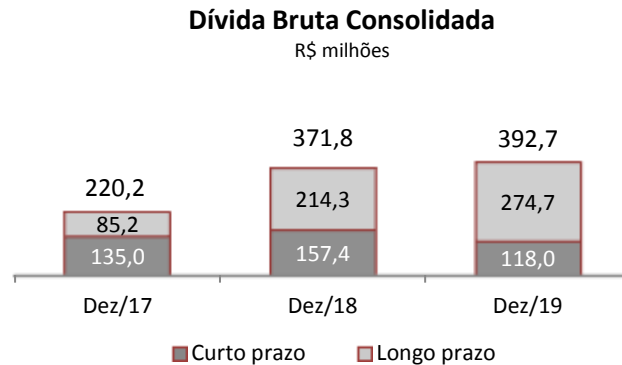
e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

As principais fontes de recursos para as necessidades de capital que a Companhia utiliza no curso regular dos seus negócios são o caixa operacional e os empréstimos e financiamentos, sem prejuízo de recursos que possam vir a ser obtidos no mercado de capitais. A Companhia acredita que essas disponibilidades são suficientes para atender as suas necessidades regulares de capital. A Companhia possui acesso rápido a linhas de crédito, considerando os bons índices de avaliação junto a instituições financeiras, caso haja descasamento entre essas disponibilidades e as obrigações vincendas no curto prazo da Companhia.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas

A evolução da dívida bruta consolidada da Companhia, que compreendem as dívidas financeiras (empréstimos e financiamentos) de curto e longo prazo, encontra-se representado pelos gráficos abaixo, segregados entre curto e longo prazo, conforme o prazo de vencimento, inferior ou superior a 12 meses. No gráfico seguinte observa-se níveis mais elevados em relação à média histórica dos últimos anos, devido à consolidação das novas aquisições e operações.



i. Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

A tabela constante da seção 10.1 (d) "Empréstimos e Financiamentos" deste Formulário de Referência compreende os empréstimos e financiamentos da Companhia em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017.

Os empréstimos e financiamentos de curto prazo somavam em 31 de dezembro de 2019, R\$ 117,8 milhões, em 31 de dezembro de 2018, R\$ 157,4 milhões, e em 31 de dezembro de 2017, R\$ 135,0 milhões, e consistem, principalmente, de financiamentos ao mercado externo, vendor, resolução 2770 NCE, e empréstimos com recursos do BNDES, FINEP e Fundopem.

Os empréstimos e financiamentos de longo prazo totalizaram em 31 de dezembro de 2019, R\$ 274,7 milhões, em 31 de dezembro de 2018, R\$ 214,3 milhões, e em 31 de dezembro de 2017, R\$ 85,2 milhões, e consistem, principalmente, de financiamentos ao mercado externo, NCE e empréstimos com recursos Finex, Finimp.

Abaixo seguem as principais condições, garantias e cláusulas restritivas vinculadas aos contratos de empréstimos e financiamentos da Companhia. A Companhia vem cumprindo regularmente as condições, garantias e restrições acordadas nos termos desses contratos:

Em 28 de fevereiro de 2011, a Companhia celebrou com a FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos, o contrato de financiamento nº 02.11.02.28.00, a ser quitado em 81 parcelas mensais, acrescida dos respectivos encargos básicos e encargos adicionais. A primeira parcela venceu em 16 de novembro de 2011 e a última vencerá em 15 de fevereiro de 2020. O saldo devedor sofrerá incidência de juros correspondentes a TJLP + 5,0% ao ano. O contrato possui cláusula de vencimento antecipado da dívida na hipótese de inadimplemento de qualquer obrigação contida no contrato, o que ocasionará a majoração da taxa de juros para TJLP acrescida de um spread de 10,0% ao ano sobre o saldo devedor. A dívida é garantida por aval concedido pela controladora Randon S.A. Implementos e Participações. O saldo em 31 de dezembro de 2019 era de R\$ 0,6 milhões.

Em 25 de abril de 2013, a Companhia celebrou com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, o contrato de financiamento nº 13.2.0033.1, no valor de R\$ 109.046.000,00, a ser quitado em até 60 parcelas mensais, acrescidas dos respectivos encargos básicos e encargos adicionais. A primeira parcela venceu em 31 de julho de 2013 e a última vencerá em 15 de janeiro de 2020. O saldo devedor sofrerá incidência de diferentes taxas de juros

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

conforme as cinco parcelas de subcrédito, que variam de 1,97% ao ano acrescidos da TJLP, até 3% ao ano. Há cláusula de vencimento antecipado. A dívida é garantida por aval concedido pela controladora Randon S.A. Implementos e Participações. O saldo em 31 de dezembro de 2019 era de R\$ 0,2 milhões.

Em 21 de dezembro de 2006, a Companhia celebrou com o Badesul Desenvolvimento S.A., um contrato de financiamento (Fundopem) nº 2770, a ser quitado em 96 parcelas mensais, acrescida dos respectivos encargos básicos e encargos adicionais. A primeira parcela venceu em 23 de abril de 2007 e a última vencerá em 21 de maio de 2027. O saldo devedor sofre incidência de juros correspondentes a IPCA, acrescida de um spread de 3,0% ao ano. A dívida é garantida por fiança concedida pela controladora Randon S.A. Implementos e Participações. O saldo em 31 de dezembro de 2019 era de R\$ 17,9 milhões.

Em 02 de abril de 2012, a Companhia emitiu em favor do Banco Itaú BBA S.A., duas Notas de Crédito à Exportação de nº 106312040200020 e 106312042000090 ("Resolução 2770 NCE"), no valor total de US\$50.000.000,00, a serem quitadas em 16 parcelas semestrais, acrescida dos respectivos encargos básicos e encargos adicionais. As primeiras parcelas venceram em 21 de setembro de 2012 e as últimas vencerão em 20 de março de 2020. O saldo devedor sofre incidência de juros correspondentes Libor de 6 meses, acrescida de um spread de 4,5% ao ano, além da variação cambial. As NCEs estão sujeitas a cláusulas de vencimento antecipado usualmente adotadas neste tipo de operação, dentre as quais destacam-se: (i) contratação pela Companhia de financiamentos ou recursos por meio de outros instrumentos disponíveis no mercado financeiro relacionados a exportações; (ii) inadimplemento das obrigações constantes nas NCEs ou em qualquer outro contrato firmado com o banco; (iii) mudança ou alteração do objeto social da Companhia; (iv) alteração ou modificação da composição do capital social ou mudança, transferência ou cessão do controle acionário; (v) incorporação, fusão ou cisão da Companhia; e (vi) não observância pela Companhia da relação: dívida líquida/EBITDA menor que 2,5x. As dívidas são garantidas por aval concedido pela controladora Randon S.A. Implementos e Participações. O saldo em 31 de dezembro de 2019 era R\$ 18,7 milhões.

Em 6 de junho de 2018, a Companhia celebrou com o Banco Safra S.A., um contrato de financiamento ("Financiamento ME") nº 101576/18, a ser quitado em 6 parcelas anuais, acrescida dos respectivos encargos básicos e encargos adicionais. A primeira parcela venceu em 7 de julho de 2018 e a última vencerá em 30 de maio de 2025. O saldo devedor sofrerá incidência de juros correspondentes a Libor acrescida de um *spread* de 2,97% ao ano. A dívida é garantida por fiança concedida pela controladora Randon S.A. Implementos e Participações. O saldo em 31 de dezembro de 2019 era de R\$ 118,7 milhões.

Em 3 de agosto de 2018, a Companhia celebrou com o Banco do Brasil S.A. e China Construction Bank, um contrato de financiamento ("Term loan"), a ser quitado em 5 anos, acrescida dos respectivos encargos básicos e encargos adicionais. A primeira parcela venceu em 29 de julho de 2019 e a última vencerá em 8 de agosto de 2023. O saldo devedor sofre incidência de juros acrescido de um spread de 2,75% ao ano. A dívida é garantida por fiança concedida pela controladora Randon S.A. Implementos e Participações. O saldo em 31 de dezembro de 2019 era de R\$ 24,2 milhões.

Somados aos contratos relacionados acima verificam-se operações de adiantamento de crédito de cliente ("ACC") que em 31 de dezembro de 2019 totalizaram R\$ 39,2 milhões com taxas de juros incidentes que variam de 3,65% a 3,66% + variação cambial.

ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Exceto pelos empréstimos e financiamentos descritos acima, a Companhia não mantém atualmente outras relações relevantes de longo prazo com instituições financeiras.

iii. Grau de subordinação entre as dívidas

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Não existe grau de subordinação contratual entre as dívidas financeiras quirografárias da Companhia. As dívidas financeiras que possuem garantia real contam com as preferências e prerrogativas previstas em lei.

Em eventual concurso universal de credores, a subordinação entre as obrigações registradas no passivo exigível será apresentada em ordem de preferência de liquidação:

- 1) Obrigações sociais e trabalhistas;
- 2) Impostos a recolher;
- 3) Empréstimos e financiamentos com garantias reais (atualmente, não aplicável);
- 4) Demais empréstimos e financiamentos;
- 5) Outros passivos.

iv. Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

Os contratos de financiamentos perante o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e Banco Itaú BBA S.A contêm cláusulas restritivas que incluem, entre outras, antecipação parcial ou total do vencimento quando determinados índices financeiros (liquidez corrente, endividamento a longo prazo e cobertura de dívida). Em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017, os índices financeiros estabelecidos estão sendo atendidos pela Companhia.

Para fins dos índices referidos acima, considera-se:

“Ativo circulante” a soma dos valores de caixa, estoques, investimentos classificados como “detidos para negociação”, investimentos classificados como “disponíveis para venda”, contas a receber de clientes, outras contas a receber realizáveis dentro de um ano e despesas pagas antecipadamente, as quais serão debitadas da renda dentro de um ano.

“Passivo circulante” a soma de todos os passivos devidos à vista ou dentro de um ano (incluindo adiantamentos de contrato de câmbio, bem como outros tipos de instrumentos financeiros comerciais com vencimento inferior a 36 meses, celebrados pela Companhia no curso ordinário de seus negócios para desconto de recebíveis de exportação, com fins não especulativos), mas com exclusão dos passivos relacionados à propriedade, instalações e equipamentos na medida em que os valores dos mesmos forem excluídos do cálculo do Ativo Circulante.

“Dívida Financeira Líquida” o resultado da subtração do saldo da dívida financeira pelo caixa e equivalentes de caixa.

“EBITDA” a soma do lucro líquido, das despesas com juros, taxas, itens extraordinários, depreciação, amortização ou quaisquer outras despesas que não envolvam caixa (na medida em que cada um for deduzido do cálculo do lucro líquido).

O contrato de financiamento celebrado com o Banco Itaú BBA S.A descrito na seção 10.1.f.i deste Formulário de Referência contém cláusulas restritivas, que incluem, entre outras, vencimento total ou parcial em caso de descumprimento do índice de endividamento, correspondente à divisão da Dívida Financeira Líquida pelo EBITDA anualizado, que não pode (rá) ser maior que 2,5.

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017 a Companhia estava em conformidade com os níveis requeridos por esse contrato.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Para fins do índice referido acima, considera-se:

“Dívida Líquida” a soma dos empréstimos e financiamentos de curto e longo prazos, incluindo os títulos descontados com regresso, as fianças e avais prestados em benefício de terceiros, arrendamento mercantil/leasing financeiro e os títulos de renda fixa não conversíveis frutos de emissão pública ou privada, nos mercados local ou internacional. Inclui também os passivos decorrentes de instrumentos financeiros (derivativos) e as contas a pagar em decorrência da aquisição de outras empresas, bem como dívidas financeiras das empresas adquiridas e ainda não consolidadas, deduzidas as disponibilidades de caixa, aplicações financeiras e ativos decorrentes de instrumentos financeiros (derivativos).

“BITDA” o resultado líquido do período, acrescido dos tributos sobre o lucro, da depreciação e da amortização, do resultado financeiro, do resultado não operacional, da equivalência patrimonial e da participação de acionistas minoritários.

O contrato de financiamento celebrado com Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES descrito na seção 10.1.f.i deste Formulário de Referência contém cláusulas restritivas, que incluem, entre outras, vencimento total ou parcial em caso de não comprovação pela Companhia das exportações prometidas nos processos de Exim.

Os contratos financeiros dos quais a Companhia é parte possuem cláusulas de vencimento antecipado usualmente previstas em operações financeiras que limitam, dentre outros eventos, a alienação de ativos da Companhia e a alienação/transferência do seu controle societário.

A Companhia entende que as cláusulas de quaisquer dos contratos de financiamento dos quais é parte não restringirão de maneira significativa a capacidade de contratar novas dívidas para satisfazer as necessidades de capital, caso seja necessário.

Adicionalmente, nenhuma das cláusulas desses contratos restringe diretamente a capacidade de distribuir dividendos ou juros sobre capital próprio da Companhia.

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017, a Companhia estava em conformidade com as restrições citadas por esses contratos.

g) Limite dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017, a Companhia não possuía limites nos financiamentos então contratados.

h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

As informações financeiras contidas e analisadas a seguir são derivadas das demonstrações financeiras consolidadas da Companhia relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) e de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

As informações financeiras incluídas neste Formulário de Referência, exceto quando expressamente ressaltado, referem-se às informações financeiras consolidadas para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Apresentação das principais contas das demonstrações de resultados da Companhia

Receita operacional líquida

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita: a) Venda de produtos: A receita de venda de produtos é reconhecida quando os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos produtos forem transferidos ao comprador, o que geralmente ocorre na sua entrega; b) Prestação de serviços: A receita de prestação de serviço de manutenção e assessoria é reconhecida com base no serviço prestado. c) Receita de juros: Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados

Os custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados são compostos de (i) matérias-primas e outros materiais usados e consumidos na produção; (ii) fretes de matérias primas; (iii) outros custos, incluindo depreciação, custo de mão de obra, serviços de terceiros, entre outros.

Receitas (despesas) operacionais

As receitas (despesas) operacionais são compostas principalmente por (i) despesas com vendas, compostas por fretes de nossos produtos finais e comissões; (ii) despesas administrativas e gerais, compostas por despesas com as áreas de apoio, tais como qualidade, suprimentos, manutenção e despesas com pesquisa e desenvolvimento; (iii) despesas com honorários fixos da administração; (iv) outras despesas operacionais, compostas principalmente por participações de resultados, provisões e outros resíduos de venda de imobilizados; e (v) outras receitas operacionais, compostas principalmente por venda de imobilizados (ex. sucata). A Companhia não divulga as receitas (despesas) operacionais por segmento, pois tais itens não são informados de forma segregada aos responsáveis pelas tomadas de decisões na Companhia.

Despesas financeiras

As despesas financeiras abrangem despesas com variação cambial, juros sobre empréstimos e financiamentos, perdas com outras operações de derivativos, ajustes a valor presente, variações monetárias, despesas bancárias, e outras despesas financeiras, compostas principalmente por descontos concedidos, taxas (IOF) e comissões.

Receitas financeiras

As receitas financeiras abrangem principalmente receitas de variações cambiais, juros sobre rendimentos de aplicações financeiras, ganhos com derivativos, ajustes a valor presente e outras receitas financeiras.

Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real, conforme Lei nº 9.249/95.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

Participação dos administradores nos lucros

As despesas com participações de administradores nos lucros encontram-se prevista no artigo 18 do Estatuto Social da Companhia e por proposição do Conselho de Administração e a critério da Assembleia Geral Ordinária, os diretores da Companhia poderão perceber ainda uma participação nos lucros da Companhia que terá como limite superior, o menor dos seguintes valores: (a) 8% (oito por cento) dos lucros da Companhia; ou (b) o total da remuneração anual dos administradores, atualizada monetariamente. Cabe ao Conselho de Administração a distribuição individual da participação atribuída aos Diretores. Os Diretores somente farão jus à participação nos lucros do exercício social em relação ao qual for atribuído aos acionistas o dividendo obrigatório de que trata o artigo 39 do Estatuto Social.

A Companhia apresenta a seguir as explicações das principais variações ocorridas e as explicações sobre o resultado, a partir das suas demonstrações financeiras consolidadas

Discussão das principais variações nas demonstrações de resultados consolidados para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017.

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de									
	2019		2018		2017		Δ 2019 x 2018		Δ 2018 x 2017	
	(R\$ mil)	%	(R\$ mil)	%	(R\$ mil)	%	(R\$ mil)	%	(R\$ mil)	%
Receita operacional líquida	1.365.509	100,0%	1.141.149	100,0%	832.831	100,0%	224.360	19,7%	308.318	37,0%
Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados	-1.015.844	-74,4%	-837.529	-73,4%	-615.664	-73,9%	-178.314	21,3%	-221.865	36,0%
Lucro bruto	349.665	25,6%	303.620	26,6%	217.167	26,1%	46.045	15,2%	86.454	39,8%
Receitas (despesas) operacionais										
Vendas	-133.398	-9,8%	-115.043	-10,1%	-75.187	-9,0%	- 18.355	16,0%	- 39.856	53,0%
Administrativas e gerais	-102.284	-7,5%	-90.389	-7,9%	-58.671	-7,0%	- 11.896	13,2%	- 31.718	54,1%
Honorários da administração	-5.330	-0,4%	-4.436	-0,4%	-3.926	-0,5%	- 894	20,1%	- 510	13,0%
Outras despesas operacionais	-21.890	-1,6%	-22.665	-2,0%	-33.657	-4,0%	775	-3,4%	10.992	-32,7%
Outras receitas operacionais	19.913	1,5%	68.688	6,0%	19.513	2,3%	- 48.774	-71,0%	49.174	252,0%
Lucro antes das receitas e despesas financeiras	106.677	7,8%	139.774	12,2%	65.239	7,8%	- 33.097	-23,7%	74.535	114,2%
Despesas financeiras	-199.535	-14,6%	-218.157	-19,1%	-77.820	-9,3%	18.622	-8,5%	-140.337	180,3%
Receitas financeiras	163.190	12,0%	180.657	15,8%	96.176	11,5%	- 17.467	-9,7%	84.481	87,8%
Lucro antes dos impostos sobre o lucro	70.332	5,2%	102.275	9,0%	83.595	10,0%	- 31.943	-31,2%	18.680	22,3%
Imposto de renda e contribuição social – corrente e diferido	-37.527	-2,7%	-13.714	-1,2%	-19.435	-2,3%	- 23.814	173,6%	5.721	-29,4%
Lucro líquido do exercício	32.805	2,4%	88.561	7,8%	64.160	7,7%	- 55.756	-63,0%	24.401	38,0%

Receita operacional líquida

A tabela seguinte indica a composição da receita operacional líquida, por segmento operacional, para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017:

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de									
	2019		2018		2017		Δ 2019 x 2018		Δ 2018 x 2017	
	Valor	Part. %	Valor	Part. %	Valor	Part. %	Variação em R\$	Variação %	Variação em R\$	Variação %
(Em R\$ mil exceto percentuais)										
Receita operacional líquida	1.365.509	100,0%	1.141.149	100,0%	832.831	100,0%	224.360	19,7%	308.318	37,0%
Montadoras	171.797	12,6%	139.228	12,2%	104.259	12,5%	32.569	23,4%	34.969	33,5%
Reposição	1.193.713	87,4%	1.001.921	87,8%	728.572	87,5%	191.791	19,1%	273.349	37,5%

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Conforme o quadro acima, a receita operacional líquida apresentou aumento de R\$ 224,4 milhões, ou 19,0%, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, quando totalizou R\$ 1.365,5 milhões, comparado a R\$ 1.141,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. Essa variação é explicada pela evolução da receita operacional líquida em cada um dos segmentos operacionais da Companhia, conforme abaixo:

- i. **Montadoras:** houve aumento de R\$ 32,6 milhões, ou 23,4%, na receita operacional líquida do segmento de montadoras, passando de R\$ 139,2 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$ 171,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, decorrente, principalmente:
 - a. Do aumento no volume de vendas devido ao melhor desempenho de produtos para veículos comerciais, na economia nacional e por receitas agregadas por aquisição de empresa com parte da produção destinada a montadoras;
 - b. Aumento na produção de veículos novos no Brasil, principalmente a categoria de caminhões, para qual a Fras-le atende a demanda de lonas de freio.
- ii. **Reposição:** houve aumento de R\$ 191,8 milhões, ou 19,1%, na receita operacional líquida do segmento de reposição, passando de R\$ 1.001,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 para R\$ 1.193,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, decorrente, principalmente, de:
 - a. Crescimento da receita líquida no mercado externo, motivado pelo melhor desempenho de produtos para veículos comerciais, e também, receitas agregadas por aquisição de empresas;
 - b. Aumento na demanda de produtos para veículos comerciais verificada na economia nacional, e a consequente expansão da frota de veículos em circulação, que reflete em aumento nas manutenções em veículos, como exemplo o sistema de freio e a substituição de peças, como os materiais de fricção produzidos pela Fras-le.

Conforme o quadro acima, a receita operacional líquida apresentou aumento de R\$ 308,3 milhões, ou 37,0%, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, quando totalizou R\$ 1.141,1 milhões, comparado a R\$ 832,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017. Essa variação é explicada pela evolução da receita operacional líquida em cada um dos segmentos operacionais da Companhia, conforme abaixo:

- iii. **Montadoras:** houve aumento de R\$ 35,0 milhões, ou 33,5%, na receita operacional líquida do segmento de montadoras, passando de R\$ 104,3 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 139,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, decorrente, principalmente:
 - a. Do aumento no volume de vendas devido ao melhor desempenho da economia nacional e por receitas agregadas por aquisição de empresa com parte da produção destinada a montadoras;
 - b. Aumento na produção de veículos novos no Brasil, principalmente a categoria de caminhões, para qual a Fras-le possui liderança no fornecimento de materiais de fricção.
- iv. **Reposição:** houve aumento de R\$ 273,3 milhões, ou 37,5%, na receita operacional líquida do segmento de reposição, passando de R\$ 728,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 1.001,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, decorrente, principalmente, de:
 - c. Crescimento da receita líquida no mercado doméstico de reposição, motivado pelo melhor desempenho da economia nacional, e também, receitas agregadas por aquisição de empresas;
 - d. Melhora verificada na economia nacional e a consequente expansão da frota de veículos em circulação, que reflete em aumento nas manutenções em veículos, como exemplo o sistema de freio e a substituição de peças, como os materiais de fricção produzidos pela Fras-le.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados

A tabela abaixo indica a composição dos custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados, por segmento operacional, para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017:

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de									
	2019		2018		2017		Δ 2019 x 2018		Δ 2018 x 2017	
	Valor	Part. %	Valor	Part. %	Valor	Part. %	Variação em R\$	Variação %	Variação em R\$	Variação %
(Em R\$ mil exceto percentuais)										
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	-1.015.844	100,0%	-837.529	100,0%	-615.664	100,0%	-178.314	21,3%	-221.865	36,0%
Montadoras	-129.137	12,7%	-106.663	12,7%	-83.807	13,6%	-22.474	21,1%	-22.856	27,3%
Reposição	-886.707	87,3%	-730.866	87,3%	-531.857	86,4%	-155.840	21,3%	-199.009	37,4%

Os custos dos produtos vendidos e serviços prestados apresentaram uma evolução de R\$ 178,3 milhões, ou 21,3%, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 quando comparado com o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, onde é observado que: (a) no segmento de montadoras, houve aumento de R\$ 22,5 milhões, ou 21,1% devido ao melhor desempenho deste segmento no faturamento total da empresa; (b) no segmento de reposição houve aumento de R\$ 155,8 milhões, ou 21,3%, relacionado a maiores volumes de vendas e o consequente reflexo na evolução das receitas da Companhia. Adicionalmente, também ocorreram aumentos de preços das resinas e do aço, que são matérias-primas utilizadas em grande escala pela Fras-le. Também deve ser considerado os custos agregados de novas empresas adquiridas no decorrer do exercício.

Os custos dos produtos vendidos e serviços prestados apresentaram uma evolução de R\$ 221,9 milhões, ou 36,0%, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 quando comparado com o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, onde é observado que: (a) no segmento de montadoras, houve aumento de R\$ 22,9 milhões, ou 27,3% devido ao melhor desempenho deste segmento no faturamento total da empresa; (b) no segmento de reposição houve aumento de R\$ 199,0 milhões, ou 37,4%, relacionado a maiores volumes de vendas e o consequente reflexo na evolução das receitas da Companhia. Adicionalmente, também ocorreram aumentos de preços das resinas e do aço, que são matérias-primas utilizadas em grande escala pela Fras-le. Também deve ser considerado os custos agregados de novas empresas adquiridas no decorrer do exercício.

Receitas (despesas) operacionais

As despesas comerciais apresentaram um aumento de R\$ 18,4 milhões em 2019 em comparação a 2018, devido a elevação dos gastos logísticos, por consequência de reajustes na tabela de fretes, a revisão de algumas provisões, gastos com ajustes na estrutura, e a retirada dos benefícios fiscais subsidiados pelo Governo Federal, além das despesas que migraram de novas aquisições.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

As despesas administrativas e gerais apresentaram um aumento de R\$ 11,9 milhões em 2019 comparado a 2018, o que reflete gastos ocorridos com assessorias em projetos de M&A, o incremento de algumas provisões, gastos com ajustes na estrutura, além do desvinculo de benefícios.

As outras receitas (despesas) operacionais líquidas atingiram uma despesa operacional líquida de R\$ - 2,0 milhões em 2019, variando de uma receita operacional líquida de R\$ 46,0 milhões em 2018. Este grupo, também absorve a consolidação de novas controladas, para efeitos comparativos, bem como, um montante significativo de provisionamentos de despesas para contingências, e também reavaliou os riscos de alguns litígios judiciais, classificados como perda possível e remota, para perda provável. Este grupo também absorve despesas decorrentes de indenizações por adequação na estrutura, ocorridas principalmente no primeiro semestre deste exercício. Por outro lado, ocorreu a contabilização de receita operacional, decorrente de reestruturação societária de controladas..

As despesas com vendas apresentaram um aumento de R\$ 39,9 milhões em 2018 em comparação a 2017, devido a elevação dos gastos logísticos por consequência de reajustes na tabela de fretes, e ainda, a reoneração da folha de pagamento, e despesas agregadas com as aquisições.

As despesas administrativas e gerais apresentaram um aumento de R\$ 31,7 milhões em 2018 comparado a 2017, devido a parcela de despesas administrativas agregadas de aquisições, inclusive ramp up, gastos com assessorias em projetos de M&A ocorridos ao longo do ano, e reoneração da folha de pagamento.

As outras receitas (despesas) operacionais líquidas variaram de uma despesa operacional líquida de R\$ 14,1 milhões em 2017, para receita operacional líquida de R\$ 46,0 milhões em 2018. Estas contas absorveram as maiores variações decorrentes da consolidação das aquisições, com destaque para o cálculo de mais valia, da controlada Jurid do Brasil, contabilizado no início do ano, que resultou em compra vantajosa, originando um ganho operacional de R\$ 52,5 milhões, o qual contribui significativamente para a composição do grupo de outras despesas e receitas operacionais encerrar o exercício de 2018 com um saldo positivo líquido de R\$ 46,0 milhões.

Despesas financeiras

As despesas financeiras aumentaram R\$ 140,3 milhões, ou 180,3%, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, quando totalizaram R\$ 218,2 milhões, comparado a R\$ 77,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017. Esse aumento decorreu, principalmente, pela desvalorização do peso argentino e pela inflação na Argentina, que resultou em um nível elevado de despesas com variação cambial sobre os saldos de empréstimos, fornecedores do exterior e outras contas sujeitas a efeitos monetários, nas controladas da Fras-le localizadas na Argentina, considerando inclusive as controladas adquiridas recentemente.

As despesas financeiras reduziram R\$ 18,6 milhões, ou 8,5%, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, quando totalizaram R\$ 199,5 milhões, comparado a R\$ 218,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. Esse aumento decorreu, principalmente, pelo menor impacto sofrido na desvalorização do peso na Argentina, que resultaram em níveis inferiores em 2019 de despesas com variação cambial.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

A tabela abaixo contempla a segregação das despesas financeiras para os períodos indicados:

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de						
	2019	2018	2017	Δ 2019 x 2018		Δ 2018 x 2017	
	Em R\$ mil exceto percentuais						
Despesas financeiras	199.535	218.157	77.820	-18.622	-8,5%	140.337	180,3%
Variação cambial	150.430	174.158	27.508	-23.728	-13,6%	146.650	533,1%
Juros sobre financiamentos	17.371	16.736	21.216	635	3,8%	-4.480	-21,1%
Outras operações de derivativos	0	0	0	0		0	
Ajuste a valor presente	3.207	5.541	3.804	-2.334	-42,1%	1.737	45,7%
Outras despesas financeiras	28.527	21.722	25.292	6.805	31,3%	-3.570	-14,1%

Receitas financeiras

As receitas financeiras aumentaram R\$ 84,5 milhões, ou 87,8%, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, quando totalizaram R\$ 180,7 milhões, comparado a R\$ 96,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017. Essa redução tem como principal motivo a redução dos recursos aplicados, os quais foram utilizados para pagamento das aquisições.

As receitas financeiras reduziram R\$ 17,5 milhões, ou 9,7%, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, quando totalizaram R\$ 163,2 milhões, comparado a R\$ 180,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, que tem como principal motivo a redução dos recursos financeiros disponíveis por ocasião dos movimentos de pagamentos das aquisições, implicando nos rendimentos das aplicações financeiras.

A tabela abaixo contempla a segregação das receitas financeiras para os períodos indicados:

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de						
	2019	2018	2017	Δ 2019 x 2018		Δ 2018 x 2017	
	Em R\$ mil exceto percentuais						
Receitas financeiras	163.190	180.657	96.176	-17.467	-9,7%	84.481	87,8%
Variação cambial	121.046	147.632	30.258	-26.586	-18,0%	117.374	387,9%
Juros sobre rendimentos de aplicações financeiras	9.830	17.048	46.568	-7.218	-42,3%	-29.520	-63,4%
Ajuste a valor presente	5.286	6.653	11.093	-1.367	-20,5%	-4.440	-40,0%
Outras receitas financeiras	3.136	585	8.257	2.551	436,1%	-7.672	-92,9%
Ajuste correção monetária	23.892	8.739	0	15.153	173,4%	8.739	-

Em 2018 o resultado financeiro líquido atingiu um déficit de R\$ 37,5 milhões, sendo equivalente a um desempenho 2,0 vezes menor que o superávit financeiro de R\$ 18,4 milhões no ano de 2017. Entre os principais fatores

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

responsáveis por este comportamento aparecem, a desvalorização do peso argentino e a inflação na Argentina, com impacto nos saldos de empréstimos, fornecedores do exterior e outras contas sujeitas a efeitos monetários, nas controladas da Fras-le localizadas na Argentina. A redução dos recursos aplicados, para saldar os débitos decorrentes das aquisições, foi outro fator que influenciou para a alteração do resultado financeiro, pois reduziu as receitas financeiras oriundas de aplicações. Por outro lado, com a adoção da norma de Contabilidade e Evidenciação em Economia Altamente Inflacionária (IAS 29), o resultado financeiro passou por um ajuste positivo líquido de R\$ 13,0 milhões na composição das contas de despesas e receitas financeiras, considerando também efeito de correção monetária, decorrente da adoção da norma.

Em 2019 o resultado financeiro líquido atingiu um déficit de R\$ 36,3 milhões, sendo equivalente a um desempenho 1,0 vez maior que o déficit financeiro de R\$ 37,5 milhões no ano de 2018. Entre os principais fatores responsáveis por este comportamento, deve-se, principalmente, pelo menor impacto sofrido na desvalorização do peso na Argentina, que resultaram em níveis inferiores em 2019 de despesas com variação sobre os saldos de contas patrimoniais e a redução dos recursos financeiros disponíveis por ocasião dos movimentos de M&A.

A Companhia apresenta a seguir as explicações às principais variações ocorridas e as explicações sobre a situação patrimonial e financeira da Companhia, com base nas suas demonstrações financeiras

Discussão das principais variações nas contas do balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2019 comparado a 31/12/2018 e 31/12/2017

Ativo	Em 31 de dezembro de									
	2019		2018		2017		Δ 2019 x 2018		Δ 2018 x 2017	
	(R\$ mil)	% ¹	(R\$ mil)	% ¹	(R\$ mil)	% ¹	R\$	%	R\$	%
Circulante										
Caixa e equivalentes de caixa	178.391	11,0%	224.720	14,7%	237.773	17,5%	-46.329	-20,6%	-13.053	-5,5%
Aplic. financ. de liquidez não imediata	35.072	2,2%	5.871	0,4%	241.473	17,8%	29.201	497,4%	-235.602	-97,6%
Clientes	123.422	7,6%	112.778	7,4%	77.793	5,7%	10.644	9,4%	34.985	45,0%
Estoques	333.272	20,6%	368.281	24,1%	256.210	18,9%	-35.009	-9,5%	112.071	43,7%
Imp. e contrib. a recuperar	41.128	2,5%	59.006	3,9%	38.558	2,8%	-17.878	-30,3%	20.448	53,0%
Outros ativos circulantes	18.976	1,2%	11.453	0,7%	12.974	1,0%	7.523	65,7%	-1.521	-11,7%
Total do ativo circulante	730.261	45,1%	782.109	51,2%	864.781	63,8%	-51.848	-6,6%	-82.672	-9,6%
Não circulante										
Imp. e contrib. a recuperar	17.102	1,1%	26.867	1,8%	16.878	1,2%	- 9.765	-36,3%	9.989	59,2%
Depósitos judiciais	17.651	1,1%	14.731	1,0%	11.644	0,9%	2.920	19,8%	3.087	26,5%
Impostos sobre o lucro diferidos	36.701	2,3%	32.739	2,1%	25.718	1,9%	3.962	12,1%	7.021	27,3%
Partes relacionadas	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
Outros ativos não circulantes	7599	0,5%	6864	0,4%	191	0,0%	735	10,7%	6.673	3497,4%
Investimentos	1302	0,1%	952	0,1%	396	0,0%	350	36,8%	556	140,4%
Imobilizado	539.548	33,3%	503.965	33,0%	371.930	27,4%	35.583	7,1%	132.035	35,5%
Intangível	168.231	10,4%	158.986	10,4%	64.927	4,8%	9.245	5,8%	94.059	144,9%
Arrendamento	101.629	6,3%	0	0,0%	0	0,0%	101.629	0,0%	-	0,0%
Total do ativo não circulante	889.763	54,9%	745.104	48,8%	491.684	36,2%	144.659	19,4%	253.421	51,5%
Total do ativo	1.620.024	100,0%	1.527.213	100,0%	1.356.465	100,0%	92.811	6,1%	170.749	12,6%

¹ Em relação ao total do ativo.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Ativo

Ativo circulante

Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa apresentou redução de R\$ 46,3 milhões, ou 20,6%, correspondendo a R\$ 178,4 milhões em 31 de dezembro de 2019 em comparação a R\$ 224,7 milhões em 31 de dezembro de 2018, devido ao maior volume de aquisição de imobilizado e pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio.

O caixa e equivalentes de caixa apresentou redução de R\$ 18,5 milhões, ou 5,5%, correspondendo a R\$ 224,7 milhões em 31 de dezembro de 2018 em comparação a R\$ 237,8 milhões em 31 de dezembro de 2017, devido a um maior volume de liquidação de empréstimos e financiamentos vencidos no período.

Aplicações financeiras de liquidez não imediata

A rubrica aplicações financeiras de liquidez não imediata apresentou aumento de R\$ 29,2 milhões, correspondendo a R\$ 35,1 milhões em 31 de dezembro de 2019 em comparação a R\$ 5,8 milhões em 31 de dezembro de 2018, devido ao maior nível de geração de caixa operacional no período.

A rubrica aplicações financeiras de liquidez não imediata apresentou significativa redução de R\$ 235,6 milhões, correspondendo a R\$ 5,9 milhões em 31 de dezembro de 2018 em comparação a R\$ 241,5 milhões em 31 de dezembro de 2017, devido ao maior nível de recursos necessários para suprir as demandas para capital de giro, e também, resgate das mesmas para pagamento das novas aquisições.

Clientes

A rubrica clientes apresentou aumento de R\$ 10,6 milhões ou 9,4%, correspondendo a R\$ 123,4 milhões em 31 de dezembro de 2019 em comparação a R\$ 112,8 milhões em 31 de dezembro de 2018, em função de incremento no faturamento e, consequentemente, refletindo nas vendas a prazo.

A rubrica clientes apresentou aumento de R\$ 35,0 milhões ou 45,0%, correspondendo a R\$ 112,8 milhões em 31 de dezembro de 2018 em comparação a R\$ 77,8 milhões em 31 de dezembro de 2017, em função de incremento dos saldos na consolidação das empresas adquiridas recentemente, além de um maior nível de compras de matéria-prima.

Estoques

A rubrica estoques apresentou redução de R\$ 35,2 milhões, ou 9,5%, correspondendo a R\$ 333,3 milhões em 31 de dezembro de 2019 em comparação a R\$ 368,3 milhões em 31 de dezembro de 2018, em função de aumento no faturamento e, consequentemente, redução nos saldos de produtos prontos.

A rubrica estoques apresentou aumento de R\$ 112,1 milhões, ou 43,7%, correspondendo a R\$ 368,3 milhões em 31 de dezembro de 2018 em comparação a R\$ 256,2 milhões em 31 de dezembro de 2017, em função de incremento de saldos na consolidação das empresas adquiridas recentemente, principalmente da Armetal na Argentina, que necessita de um estoque maior por se tratar de um grande distribuidor local.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Impostos e contribuições a recuperar

A rubrica impostos e contribuições a recuperar apresentou redução de R\$ 17,9 milhões, ou 30,3%, correspondendo a R\$ 41,1 milhões em 31 de dezembro de 2019 em comparação a R\$ 59,0 milhões em 31 de dezembro de 2018, em função, principalmente, da redução do LAIR e consequentemente o não atingimento do limite de dedutibilidade para aproveitamento de impostos a recuperar.

A rubrica impostos e contribuições a recuperar apresentou aumento de R\$ 20,4 milhões, ou 53,0%, correspondendo a R\$ 59,0 milhões em 31 de dezembro de 2018 em comparação aos R\$ 38,6 milhões em 31 de dezembro de 2017, em função, principalmente, de impostos a recuperar de controladas, inclusive das novas aquisições.

Ativo não circulante

Impostos e contribuições a recuperar

A rubrica impostos e contribuições a recuperar apresentou redução de R\$ 9,8 milhões, ou 36,3%, correspondendo a R\$ 17,1 milhões em 31 de dezembro de 2019 em comparação a R\$ 26,9 milhões em 31 de dezembro de 2018, em função de redução no quadro de funcionários, e dessa forma refletindo nas contas de provisões de INSS, FGTS e férias.

A rubrica impostos e contribuições a recuperar apresentou aumento de R\$ 10,0 milhões, ou 59,2%, correspondendo a R\$ 26,9 milhões em 31 de dezembro de 2018 em comparação a R\$ 16,9 milhões em 31 de dezembro de 2017, em função de incremento de provisões de INSS, FGTS e férias na consolidação das empresas adquiridas recentemente.

Imobilizado

O imobilizado apresentou aumento de R\$ 35,5 milhões, ou 7,1%, correspondendo a R\$ 539,5 milhões em 31 de dezembro de 2019 em comparação a R\$ 504,0 milhões em 31 de dezembro de 2018. Este aumento corresponde a aquisição de máquinas e equipamentos para aumento de capacidade produtiva em empresas controladas.

O imobilizado apresentou aumento de R\$ 132,0 milhões, ou 35,5%, correspondendo a R\$ 504,0 milhões em 31 de dezembro de 2018 em comparação a R\$ 371,9 milhões em 31 de dezembro de 2017. Embora o maior volume deste aumento represente o incremento de imobilizado na consolidação das empresas adquiridas recentemente.

Intangível

A rubrica intangível apresentou aumento de R\$ 9,2 milhões, ou 5,8%, correspondendo a R\$ 168,2 milhões em 31 de dezembro de 2019 em comparação a R\$ 159,0 milhões em 31 de dezembro de 2018. Este aumento se refere ao mais valia de clientes e marcas, registrado sobre bens decorrentes de controladas localizadas na Argentina.

A rubrica intangível apresentou aumento de R\$ 94,1 milhões, ou 144,9%, correspondendo a R\$ 159,0 milhões em 31 de dezembro de 2018 em comparação a R\$ 64,9 milhões em 31 de dezembro de 2017. Neste caso mais especificamente estamos falando da mais valia de clientes e marcas. Este aumento justifica-se pelo valor de mais valia, registrado sobre bens decorrentes das aquisições realizadas recentemente.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Passivo	Em 31 de dezembro de									
	2019		2018		2017		Δ 2019 x 2018		Δ 2018 x 2017	
	(R\$ mil)	% ¹	(R\$ mil)	% ¹	(R\$ mil)	% ¹	(R\$ mil)	%	(R\$ mil)	%
Circulante										
Empréstimos e financiamentos	117.839	7,3%	157.413	10,3%	135.038	10,0%	- 39.574	-25,1%	22.375	16,6%
Fornecedores	93.715	5,8%	95.658	6,3%	78.378	5,8%	- 1.943	-2,0%	17.280	22,0%
Instrumentos financeiros derivativos	156	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	156	0,0%	-	0,0%
Impostos e contribuições	33.830	2,1%	31.759	2,1%	32.990	2,4%	2.071	6,5%	- 1.231	-3,7%
Salários e encargos	33.361	2,1%	33.189	2,2%	21.722	1,6%	172	0,5%	11.467	52,8%
Adiantamentos de clientes	13.346	0,8%	3.408	0,2%	1.659	0,1%	9.938	291,6%	1.749	105,4%
Dividendos a pagar	8	0,0%	2	0,0%	3	0,0%	6	260,5%	- 1	-18,8%
Juros sobre capital próprio	14.070	0,9%	22.620	1,5%	23.740	1,8%	- 8.550	-37,8%	- 1.120	-4,7%
Participações dos empregados e administradores	6.858	0,4%	8.328	0,5%	7.822	0,6%	- 1.470	-17,7%	506	6,5%
Comissões	2.079	0,1%	2.963	0,2%	1.098	0,1%	- 884	-29,8%	1.865	169,9%
Outros passivos circulantes	17.375	1,1%	17.806	1,2%	115.871	8,5%	- 431	-2,4%	- 98.065	-84,6%
Arrendamento	9.154	0,6%	0	0,0%	0	0,0%	9.154	0,0%	-	0,0%
Total do passivo circulante	341.791	21,1%	373.147	24,4%	418.321	30,8%	- 31.356	-8,4%	- 45.174	-10,8%
Não circulante										
Empréstimos e financiamentos	274.687	17,0%	214.347	14,0%	85.218	6,3%	60.340	28,2%	129.129	151,5%
Impostos sobre o lucro diferidos	73.557	4,5%	61.128	4,0%	49.337	3,6%	12.429	20,3%	11.791	23,9%
Provisão para litígios	21.621	1,3%	12.501	0,8%	8.044	0,6%	9.120	73,0%	4.457	55,4%
Outros passivos não circulantes	129.040	8,0%	39.530	2,6%	12.524	0,9%	89.510	226,4%	27.006	215,6%
Total do passivo não circulante	498.905	30,8%	327.506	21,4%	155.123	11,4%	171.399	52,3%	172.383	111,1%
Patrimônio líquido										
Capital social	600.000	37,0%	600.000	39,3%	600.000	44,2%	-	0,0%	-	0,0%
Reserva de lucros	170.010	10,5%	195.659	12,8%	150.182	11,1%	- 25.649	-13,1%	45.477	30,3%
Outros resultados abrangentes	-5.851	-0,4%	11.468	0,8%	30.713	2,3%	- 17.319	-151,0%	- 19.245	-62,7%
Total da participação dos controladores	764.159	47,2%	807.127	52,8%	780.895	57,6%	- 42.968	-5,3%	26.232	3,4%
Participação dos acionistas não controladores	15.169	0,9%	19.433	1,3%	2.126	0,2%	- 4.264	-21,9%	17.307	814,1%
Total do patrimônio líquido	779.328	48,1%	826.560	54,1%	783.021	57,7%	- 47.232	-5,7%	43.539	5,6%
Total do passivo e patrimônio líquido	1.620.024	100,0%	1.527.213	100,0%	1.356.465	100,0%	92.811	6,1%	170.748	12,6%

¹ Em relação ao total do passivo e do patrimônio líquido.

Passivo**Passivo circulante*****Empréstimos e financiamentos***

Os empréstimos e financiamentos de curto prazo apresentaram uma redução de R\$ 39,6 milhões, ou 25,1%, correspondendo a R\$ 117,8 milhões em 31 de dezembro de 2019 em comparação a R\$ 157,4 milhões em 31 de dezembro de 2018, em função da alteração no perfil da dívida de curto prazo para longo prazo.

Os empréstimos e financiamentos de curto prazo apresentaram um aumento de R\$ 22,3 milhões, ou 16,6%, correspondendo a R\$ 157,4 milhões em 31 de dezembro de 2018 em comparação a R\$ 135,0 milhões em 31 de dezembro de 2017, principalmente em função da alteração no perfil da dívida de longo prazo para curto prazo.

Fornecedores

Os passivos relativos a fornecedores apresentaram uma pequena redução de R\$ 1,9 milhões, ou 2,0%, correspondendo a R\$ 93,7 milhões em 31 de dezembro de 2019, em comparação a R\$ 95,7 milhões em 31 de dezembro de 2018, permanecendo dessa forma praticamente estável entre os períodos em análise.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Os passivos relativos a fornecedores apresentaram aumento de R\$ 17,3 milhões, ou 22,0%, correspondendo a R\$ 95,7 milhões em 31 de dezembro de 2018 em comparação a R\$ 78,4 milhões em 31 de dezembro de 2017, em função do aumento das vendas, que geraram um maior volume de compras de matéria-prima e saldos de fornecedores agregado em função da consolidação das novas empresas adquiridas.

Salários e encargos

A conta de salários e encargos apresentou um pequeno aumento de R\$ 0,2 milhões, ou 0,5%, correspondendo a R\$ 33,4 milhões em 31 de dezembro de 2019 em comparação a R\$ 33,2 milhões em 31 de dezembro de 2018. Este efeito corresponde a reajuste salarial por dissídio coletivo, combinado com uma redução apresentada no quadro de funcionários entre os períodos em análise.

A conta de salários e encargos apresentou aumento de R\$ 11,5 milhões, ou 52,8%, correspondendo a R\$ 33,2 milhões em 31 de dezembro de 2018 em comparação a R\$ 21,7 milhões em 31 de dezembro de 2017. Este aumento se deve, em função de reajustes salariais por dissídio coletivo, e também, por valores agregados em das empresas adquiridas recentemente e consequentemente aumento na quantidade de funcionários.

Juros sobre capital próprio

A conta de juros sobre capital próprio apresentou redução de R\$ 8,6 milhões, correspondendo a R\$ 14,1 milhões em 31 de dezembro de 2019 em comparação a R\$ 22,6 milhões em 31 de dezembro de 2018, em função de redução no lucro líquido, refletindo dessa forma na distribuição desta remuneração.

A conta de juros sobre capital próprio, no saldo de R\$ 22,6 milhões em 31 de dezembro de 2018, não apresentou variação significativa.

Outros passivos circulantes

A conta de outros passivos circulantes apresentou uma pequena variação de R\$ 0,4 milhões, correspondendo a R\$ 17,4 milhões em 31 de dezembro de 2019 em comparação aos R\$ 17,8 milhões de 31 de dezembro de 2018, não representando dessa forma uma variação significativa.

A conta de outros passivos circulantes apresentou redução de R\$ 98,1 milhões, correspondendo a R\$ 17,8 milhões em 31 de dezembro de 2018 em comparação aos R\$ 115,9 milhões de 31 de dezembro de 2017, em função, principalmente, por se tratar de valor transitório correspondente a consolidação das empresas adquiridas recentemente.

Passivo não circulante

Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos de longo prazo apresentaram aumento de R\$ 60,3 milhões, ou 28,2%, correspondendo a R\$ 274,7 milhões em 31 de dezembro de 2019 em comparação a R\$ 214,3 milhões em 31 de dezembro de 2018, principalmente em função da alteração no perfil da dívida de curto prazo para longo prazo.

Os empréstimos e financiamentos de longo prazo apresentaram aumento de R\$ 129,1 milhões, ou 151,5%, correspondendo a R\$ 214,3 milhões em 31 de dezembro de 2018 em comparação a R\$ 85,2 milhões em 31 de dezembro de 2017, principalmente em função da alteração no perfil da dívida de longo prazo para curto prazo.

Impostos sobre o lucro diferidos

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

O saldo de imposto sobre o lucro diferidos apresentou aumento de R\$ 12,4 milhões, ou 20,3%, correspondendo a R\$ 73,6 milhões em 31 de dezembro de 2019 em comparação a R\$ 61,1 milhões em 31 de dezembro de 2018, em função do valor de mais valia, calculado sobre os ativos das unidades localizadas na Argentina, bem como, efeitos de reestruturação de controladas.

O saldo de imposto sobre o lucro diferidos apresentou aumento de R\$ 11,8 milhões, ou 23,9%, correspondendo a R\$ 61,1 milhões em 31 de dezembro de 2018 em comparação a R\$ 49,3 milhões em 31 de dezembro de 2017, em função do valor de mais valia, calculado sobre os ativos da unidade Jurid do Brasil. Neste caso mais especificamente de clientes e marcas. Esse cálculo gerou um imposto diferido.

Provisão para litígios

As provisões para litígios apresentaram aumento de R\$ 9,1 milhões, ou 73,0%, correspondendo a R\$ 21,6 milhões em 31 de dezembro de 2019 em comparação a R\$ 12,5 milhões em 31 de dezembro de 2018, principalmente em função de incremento de processos provisionados, em decorrência principalmente de reclassificação no risco.

As provisões para litígios apresentaram aumento de R\$ 4,5 milhões, ou 55,4%, correspondendo a R\$ 12,5 milhões em 31 de dezembro de 2018 em comparação a R\$ 8,0 milhões em 31 de dezembro de 2017, principalmente em função da reavaliação de perdas estimadas provisionadas no passivo não circulante referente a processos tributários, trabalhistas, previdenciárias e cíveis, em decorrência dos processos agregados das novas empresas adquiridas no decorrer do ano.

Capital social e Reserva de lucros

O capital social não apresentou alteração, correspondendo a R\$ 600,0 milhões em 31 de dezembro de 2019, e em 31 de dezembro de 2018 e as reservas de lucros apresentaram redução de R\$ 25,6 milhões, ou 13,1% correspondendo a R\$ 170,0 milhões em 31 de dezembro de 2019, em comparação a R\$ 195,7 milhões em 31 de dezembro de 2018, o qual se justifica pelo menor desempenho do lucro, fato que não possibilitou a recomposição do saldo remanescente após a destinação de lucros do exercício.

O capital social não apresentou alteração, correspondendo a R\$ 600,0 milhões em 31 de dezembro de 2018, e em 31 de dezembro de 2017 e as reservas de lucros apresentaram evolução de R\$ 45,5 milhões, ou 30,3% correspondendo a R\$ 195,7 milhões em 31 de dezembro de 2018, em comparação a R\$ 150,2 milhões em 31 de dezembro de 2017, o qual se justifica pelo saldo remanescente após a destinação de lucros.

Participação dos acionistas não controladores

O saldo de participação dos acionistas não controladores no capital social da Companhia apresentou redução de R\$ 4,3 milhões, correspondendo a um saldo de R\$ 15,2 milhões em 31 de dezembro de 2019, e de R\$ 19,4 milhões em 31 de dezembro de 2018. A redução se refere aos resultados agregados das *joint ventures* da companhia.

O saldo de participação dos acionistas não controladores no capital social da Companhia, correspondeu a R\$ 19,4 milhões em 31 de dezembro de 2018, e em 31 de dezembro de 2017 R\$ 2,1 milhões, e apresentaram evolução de R\$ 17,3 milhões. A evolução se refere a valores agregados das empresas adquiridas.

Patrimônio líquido

O patrimônio líquido apresentou redução de R\$ 47,2 milhões, ou 5,7%, correspondendo a R\$ 779,3 milhões em 31 de dezembro de 2019, em comparação a R\$ 826,6 milhões em 31 de dezembro de 2018, sendo esta variação decorrente principalmente do menor resultado auferido no período.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

O patrimônio líquido apresentou aumento de R\$ 43,5 milhões, ou 5,6%, correspondendo a R\$ 826,6 milhões em 31 de dezembro de 2018, em comparação a R\$ 783,0 milhões em 31 de dezembro de 2017, sendo esta variação decorrente principalmente dos resultados auferidos no período.

Demais contas patrimoniais

As demais contas patrimoniais não discutidas acima não apresentaram variações significativas na comparação de seus saldos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017.

A Companhia apresenta a seguir as explicações às principais variações ocorridas e as explicações sobre seu fluxo de caixa, com base nas suas demonstrações financeiras

O fluxo de caixa da Companhia divide-se entre atividades operacionais, de investimentos e financiamentos.

	Exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de				
	2019	2018	2017	Δ 2019 x 2018	Δ 2018 x 2017
	(em R\$ mil)				
Caixa líquido (aplicado) proveniente das atividades operacionais	121.037	266.154	128.706	-145.117	137.448
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	-83.071	-308.323	-47.504	225.252	-260.819
Caixa líquido (aplicado) proveniente das atividades de financiamentos	-84.295	29.116	-99.673	-113.411	128.789
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa no período/exercício	-46.329	-13.053	-18.471	-33.276	5.418

Atividades operacionais

O fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais da Companhia foi de R\$ 121,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, comparado a um fluxo de caixa líquido de R\$ 266,2 milhões proveniente das atividades operacionais do mesmo período em 2018. Essa variação ocorreu principalmente em função redução na necessidade de aplicação de recursos, principalmente nas contas de estoques e outros recursos diversos ao longo de 2019.

O fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais da Companhia foi de R\$ 266,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, comparado a um fluxo de caixa líquido de R\$ 128,7 milhões proveniente das atividades operacionais do mesmo período em 2017. Essa variação ocorreu principalmente em função do aumento nas seguintes contas: clientes, estoques, fornecedores, conforme detalhado em rubricas específicas, além da liquidação de financiamentos, aumento de impostos e taxas e encargos sociais, decorrentes de novas empresas adquiridas e/ou constituídas ao longo de 2018.

Atividades de investimentos

O caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos da Companhia totalizou R\$ 83,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, se comparado a R\$ 308,3 milhões de 2018. Essa redução de R\$ 225,3 milhões foi resultado, principalmente, do maior nível de integralização de capital na aquisição de controladas registrado no ano de 2018, fato que não se repetiu em 2019.

O caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos da Companhia totalizou R\$ 308,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, se comparado a R\$ 47,5 milhões em 2017. Esse aumento de R\$ 260,8 milhões foi resultado, da variação cambial sobre o saldo dos investimentos em imobilizado e intangível efetuados pelas controladas do exterior, e também, investimentos em imobilizados de novas controladas adquiridas entre o final de 2017 e o final de 2018.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais***Atividades de financiamento***

O caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento da Companhia totalizou R\$ 84,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, comparado a um caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento de R\$ 29,1 milhões no mesmo período de 2018. Essa variação é decorrente de um maior volume de compras de matéria-prima, e ainda, um maior nível de impostos taxas e encargos sociais, e também, efeitos de variação cambial e inflação decorrentes de economia hiperinflacionária, gerados por subsidiárias localizada na Argentina.

O caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento da Companhia totalizou R\$ 29,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, comparado a um caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento de R\$ - 99,7 milhões no mesmo período de 2017. Essa variação é decorrente de um maior volume de liquidação de empréstimos e financiamentos, de aumento nos volumes de compras de matéria-prima, e ainda, um maior nível de impostos taxas e encargos sociais, e também, efeitos de variação cambial e inflação decorrentes de economia hiperinflacionária, gerados por subsidiárias localizada na Argentina.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

a) Resultados das operações da Companhia, em especial:

i. Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A receita líquida da Companhia é composta, principalmente, pelos pagamentos que são recebidos dos seus clientes decorrentes das vendas de materiais de fricção e outros materiais relacionados ao sistema de freio, os quais são desenvolvidos e fabricados pela Companhia, além de outros componentes para os sistemas de freio, suspensão e motores.

	Exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de		
	2019	2018	2017
	(em R\$ mil, exceto se de outra forma indicado)		
Receita operacional líquida	1.365.509	1.141.149	832.831
<i>Mercado doméstico</i>	675.283	548.594	418.130
<i>Mercado externo</i>	690.227	592.555	414.701

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019 a receita líquida proveniente do mercado doméstico, no montante de R\$ 675,3 milhões representou 49,5% do total das receitas operacionais líquidas da Companhia, enquanto em 2018 este percentual foi de 48,1%. A receita líquida proveniente do mercado externo correspondeu em 31 de dezembro de 2019 ao montante de R\$ 690,2 milhões, representando 50,5% do total de receita operacional líquida, sendo que no exercício de 2018 correspondeu a 51,9%.

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018 a receita líquida proveniente do mercado doméstico, no montante de R\$ 548,6 milhões representou 48,1% do total das receitas operacionais líquidas da Companhia, enquanto em 2017 este percentual foi de 50,2%. A receita líquida proveniente do mercado externo correspondeu ao montante de R\$ 592,6 milhões, representando 51,9% do total de receita operacional líquida, sendo que no exercício de 2017, representou 49,8% sobre o total de receitas operacionais líquidas.

ii. Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

O resultado operacional da Companhia é afetado, principalmente, pela demanda por materiais de fricção, outros componentes para o sistema de freio, suspensão e motor, que, por sua vez, é impactada pela situação econômica nacional e global, e pelas taxas de câmbio e inflação.

Demanda e situação econômica nacional e global

A Companhia está inserida em um mercado competitivo, porém, possui um modelo de negócio diferenciado, onde o seu faturamento bruto é diversificado entre os segmentos de mercado de reposição e montadoras e ambientes doméstico e externo. Sempre que houver mudanças no cenário econômico ou nas tendências da indústria de autopeças que impacte adversa e diretamente a demanda pelos produtos produzidos pela Companhia, deverão ser tomadas medidas com o fim de mitigar o resultado negativo dessas oscilações. Por outro lado, tendemos a nos beneficiar de condições econômicas favoráveis no Brasil e no mundo, principalmente pela expansão da frota circulante, pelo aumento na demanda por veículos novos, bem como, pelo aumento nos volumes de cargas de cargas e transportes em geral.

Taxas de câmbio

Os resultados operacionais da Companhia são afetados pela volatilidade do câmbio tanto positiva quanto negativamente. A Companhia atua internacionalmente e está exposta ao risco cambial decorrente de exposição de algumas moedas, principalmente em relação ao dólar dos Estados Unidos. A desvalorização do Real frente a moedas

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

como o Dólar norte americano e o Euro, costuma resultar em um aumento das margens nas vendas para o exterior, enquanto a valorização possui o efeito reverso.

As exportações totalizaram R\$ 352,2 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, enquanto no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018 este valor correspondeu a R\$ 307,7 milhões. A evolução apresentada no exercício de 2019 refere-se ao aumento da taxa do dólar, maiores volumes de vendas em algumas regiões onde a Companhia atua e as exportações realizadas pelas novas empresas adquiridas.

As exportações totalizaram R\$ 307,7 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, enquanto no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017 este valor correspondeu a R\$ 236,7 milhões. A evolução apresentada no exercício de 2018 refere-se, além do aumento nas taxas do dólar, maiores volumes de vendas em algumas regiões onde a Companhia atua, em especial na América do Norte, e também, exportações realizadas por novas controladas adquiridas no Brasil.

b) Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços:

Variações taxas de câmbio e derivativos

No primeiro trimestre de 2019 a Companhia liquidou a última parcela de *hedge accounting*, sendo que a sua adoção estava de acordo com as práticas de mercado (CPC 48 /IFRS 09) - Instrumento financeiro: Reconhecimento e Mensuração; e regulamento próprio, com o objetivo de eliminar a volatilidade da variação cambial do resultado da Companhia.

A Companhia designava formalmente para *hedge accounting* de fluxos de caixa os instrumentos derivativos para cobertura das suas exportações futuras, altamente prováveis, em dólares com objetivo de reduzir a volatilidade das receitas de exportação em decorrência das mudanças da taxa de câmbio frente ao Real.

A adoção estava amparada na efetividade das expectativas de exportações ao longo do tempo, quando comparadas ao fluxo de vencimentos dos compromissos sujeitos à variação em moeda estrangeira, majoritariamente o dólar dos Estados Unidos, que estão diluídos no longo prazo.

A utilização dessa prática visava a refletir de forma mais adequada os resultados da Companhia, no que se refere a ativos e passivos expostos à variação de moeda estrangeira.

A estrutura de hedge consistia na cobertura de um grupo de passivos, compromissos firmes, transações previstas altamente prováveis com características de risco semelhantes das de exportação a fixar em moeda estrangeira (dólar americano - USD), contra o risco de variação cambial frente ao Real - BRL, adotando como instrumento de cobertura atual, instrumentos financeiros não derivativos (financiamentos), em valores e vencimentos equivalentes ao budget de venda de produtos fabricados.

A Companhia atua internacionalmente e está exposta ao risco cambial decorrente de exposições de algumas moedas, principalmente em relação ao dólar dos Estados Unidos. O risco cambial também decorre de operações comerciais e financeiras, ativos e passivos reconhecidos e investimentos no exterior líquidos. A Companhia e suas controladas administram seu risco cambial em relação à sua moeda funcional. Além das contas a receber originadas por exportações no Brasil e dos investimentos no exterior que se constituem em hedge natural, a Companhia avalia constantemente sua exposição cambial e, quando necessário, contrata instrumento financeiro derivativo com a finalidade única de proteção (*hedge*).

Desde janeiro de 2014, a Companhia designava formalmente para *hedge accounting* como os instrumentos derivativos para cobertura das suas exportações futuras, altamente prováveis, em dólares com objetivo de reduzir a volatilidade das receitas de exportação em decorrência das mudanças da taxa de câmbio frente ao Real.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

Em relação à dívida bruta (empréstimos e financiamentos do circulante e não circulante), em 31 de dezembro de 2019 a Companhia amortizou R\$ 142,0 milhões dessa dívida, enquanto em relação a novos empréstimos foram captados R\$ 154,8 milhões. A dívida bruta encerrou o período em R\$ 392,7 milhões, dos quais R\$ 118,0 milhões ou 30% são de curto prazo e R\$ 274,7 milhões ou 70% são de longo prazo, sendo que R\$ 310,0 milhões ou 79% estão atrelados ao dólar.

Em relação à dívida bruta (empréstimos e financiamentos do circulante e não circulante), em 31 de dezembro de 2018 a Companhia amortizou R\$ 155,9 milhões da dívida financeira bruta, enquanto em relação a novos empréstimos foram captados R\$ 330,9 milhões. A dívida bruta encerrou o período em R\$ 371,8 milhões, dos quais R\$ 157,4 milhões ou 42% são de curto prazo e R\$ 214,3 milhões ou 58% são de longo prazo, sendo que R\$ 332,4 milhões ou 89% estão atrelados ao dólar.

Variações da Inflação

A Companhia é afetada pela inflação no que tange seus custos e despesas operacionais, sendo que os principais índices aplicados são INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) e IGP-M (Índice Geral de Preços de Mercado). Baseado em fontes externas, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, o INPC correspondia a 4,48%, (3,43% em 2018 e 2,07% em 2017) e o IGP-M 7,32%, (7,55% em 2018 e -0,53% em 2017). A variação nos índices mencionados acima pode impactar nos custos com matéria prima, mão de obra e energia elétrica.

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017, os impactos da inflação na receita líquida foram moderados.

Variações nos volumes de vendas

Em relação aos volumes de vendas nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017 em peças (materiais de fricção) foram vendidas 102,8 milhões de unidades, 101,4 milhões e 86,9 milhões, respectivamente. Em relação aos volumes de vendas nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017 em peças (produtos diversos) foram vendidas 22,6 milhões de unidades, 20,2 milhões e 19,5 milhões, respectivamente. A seguir o detalhamento destes volumes relacionados:

Volumes de Vendas por Linha de Produtos							
	Unidade medida	2019	2018	Δ %	2017	2016	2015
Lonas de Freio p/ Veíc. Pesados	PCS	56,7	56,2	0,8%	50,4	45,0	48,8
Pastilhas de Freio	PCS	32,95	32,29	2,1%	24,09	21,88	21,17
Outros Materiais de Fricção	PCS	13,2	12,9	2,7%	12,4	12,5	12,8
Materiais de Fricção	PCS	102,8	101,4	1,4%	86,9	79,3	82,8
Componentes p/ Sistema de Freio	PCS	7,9	4,8	63,9%	3,3	3,1	2,9
Componentes p/ Sistema de Suspensão	PCS	0,7	0,8	-17,9%	-	-	-
Componentes p/ Motor	PCS	12,6	10,8	17,2%	12,8	11,9	15,4
Outros Produtos Diversos	PCS	1,4	3,8	-63,3%	3,5	4,3	10,5
Produtos diversos	PCS	22,6	20,2	11,9%	19,5	19,3	28,7
Líquidos Envasados	L	2,39	1,75	36,6%	0,39	0,25	0,11

Valores em milhões de peças ou litros.

O aumento dos volumes de vendas no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019 decorre, das linhas de produtos relacionadas a materiais de fricção, o que se deve, à recuperação dos negócios em alguns países, e ainda,

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

volumes de venda referentes ao grupo de produtos diversos, principalmente nos componentes para o sistema de freio, o qual agrega volumes das novas aquisições.

O aumento dos volumes de vendas no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018 decorre, do momento de retomada dos negócios observados nas indústrias de autopeças e automobilística nacionais, e também, o aumento nos volumes de exportação, principalmente para a América do Norte, e ainda, volumes de vendas agregados através de aquisições e novas operações.

O aumento dos volumes no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017 decorre, de campanhas de vendas realizadas junto às redes de distribuidores no Brasil, que refletiram inclusive em ganhos de market share, e também, o momento de retomada dos negócios observados nas indústrias de autopeças e automobilística nacionais.

c) Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor, quando relevante

Impactos da inflação

A Companhia adquire insumos e produtos do mercado interno e externo, para manter sua operação principal de fabricação e venda de produtos manufaturados.

A inflação impacta no desempenho da Companhia na medida em que suas despesas que não são atreladas ao Dólar, sofrem aumentos como por exemplo: salários e materiais de uso e consumo estão indexados aos principais índices de inflação. Por conseguinte, as matérias-primas bem como outros materiais necessários na fabricação incorrem igualmente em aumentos. O processo inflacionário tem impacto negativo principalmente nas margens de contribuição e no resultado líquido da Companhia.

A variação cambial impacta tanto na receita da Companhia que possui parte de seu faturamento em dólares oriundo das exportações quanto nos custos dos produtos vendidos em que parte desses custos são atrelados ao Dólar. No que tange os financiamentos a Companhia tem parte expressa em reais e dólar, no entanto, utiliza instrumentos financeiros a fim de manter o equilíbrio.

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

a) Introdução ou alienação de segmento operacional

Não aplicável. Não foi introduzido ou alienado nenhum segmento operacional da Companhia nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017.

b) Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, a Companhia celebrou contrato para aquisição da Nakata Automotiva S.A., conforme os seguintes detalhes:

Aquisição Nakata Automotiva S.A. ("Nakata")

Em 17 de dezembro de 2019 a Companhia comunicou aos seus acionistas e ao mercado em geral, através Fato Relevante, que celebrou contrato, com o objetivo de adquirir a totalidade das ações representativas do capital social da Nakata Automotiva S.A., com sede na cidade de Osasco, Estado de São Paulo. O principal objetivo da Companhia com o negócio é reforçar sua atuação no segmento de reposição de autopeças, devido ao aumento do portfólio de produtos, o que representa um diferencial competitivo neste mercado. A Companhia assumirá efetivamente o controle e gestão da empresa adquirida, após o cumprimento das condições precedentes, dentre elas a aprovação do CADE e dos demais órgãos de defesa da concorrência em outras jurisdições, conforme aplicável e, ainda, dos acionistas da Companhia em Assembleia Geral Extraordinária ("AGE").

O principal objetivo da Companhia com o negócio é reforçar sua atuação no segmento de reposição de autopeças, devido ao aumento do portfólio de produtos, o que representa um diferencial competitivo neste mercado.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, a Companhia concluiu a aquisição da Jurid do Brasil, da Fremax, e também, concluiu a sociedade para a constituição da ASK Frs-le Friction, conforme os seguintes detalhes:

Aquisição Jurid do Brasil Sistemas Automotivos Ltda. ("Jurid")

Conforme fato relevante divulgado em 8 de janeiro de 2018, as condições precedentes ao Fechamento do Acordo de Associação com a Federal Mogul VCS Holding BV ("Federal Mogul") foram atendidas e foram firmados todos os documentos necessários para a transferência da participação societária adquirida, correspondente a 80,1% das quotas representativas do capital social da Jurid, com sede em Sorocaba - São Paulo. Nesta data a Companhia assume efetivamente o controle da Jurid.

O principal objetivo da Companhia, com a aquisição do negócio, é reforçar sua atuação na fabricação e distribuição de produtos de freio *premium* para fabricantes de veículos de equipamentos originais e clientes de pós-venda nos mercados de veículos leves no Brasil e em toda a América do Sul.

Constituição da ASK Frs-le Friction Private Limited. ("ASK Frs-le")

Em 25 de janeiro de 2018 a Companhia comunicou aos seus acionistas e ao mercado em geral que as condições precedentes ao fechamento da Associação com a ASK Automotive Private Limited ("ASK") foram atendidas e que, naquela data, foram firmados todos os documentos de Fechamento, inclusive aqueles necessários ao aporte dos recursos pelas sócias para a ASK Frs-le Friction Private Limited ("ASK Frs-le"), permitindo dar início as atividades produtivas e operacionais daquela unidade.

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

O Fato relevante da celebração do contrato foi divulgado em 05 de dezembro de 2017, realizado com a ASK Automotive Private Limited ("ASK"), para a composição de sociedade em comum, por tempo indeterminado, localizada em Manesar, Estado de Haryana, Índia, que foi denominada ASK Fras-le Private Limited ("ASK Fras-le").

O principal objetivo da Companhia com a sociedade é de produzir lonas e pastilhas, exclusivamente para veículos comerciais acima de 3,5 toneladas, destinadas ao mercado de reposição e montadora.

Aquisição da Fremax Sistemas Automotivos Eireli (Jofund S.A.)

Conforme fato relevante divulgado em 5 de outubro de 2018, as condições precedentes ao Fechamento relativo à compra das ações representativas da totalidade do capital social da Jofund S.A. foram atendidas e foram firmados todos os documentos necessários para a transferência da participação societária adquirida, com sede em Joinville-Santa Catarina. Naquela data, a Companhia assumiu efetivamente o controle da Jofund.

A Empresa possui uma unidade no Brasil, e negócios de distribuição no exterior por meio da EuroBrakes (Holanda) e EuroExpo (Argentina).

O principal objetivo da Companhia, com a aquisição do negócio é a ampliação do portfólio de produtos e a busca de sua consolidação na posição de liderança de mercado neste segmento no Brasil, reforçando também seu mix de produtos para oferta global. A aquisição buscou criar condições favoráveis para prosseguimento da trajetória de crescimento da Companhia, através da sinergia entre os negócios de disco de freios e pastilhas, o que ampliará a oferta de produtos e melhor atendimento às necessidades do mercado.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, a Companhia concluiu a aquisição do Grupo ARMETAL AUTOPARTES S.A.

Aquisição do Grupo ARMETAL AUTOPARTES S.A.

Conforme fato relevante divulgado em 13 de novembro de 2017, a Companhia celebrou contratos de Compra e Venda de Participações Societárias e Outras Avenças ("Contratos"), com o objetivo de adquirir as seguintes participações societárias: (i) ações representativas de 100% do capital social da PALR S.A., sociedade anônima fechada constituída de acordo com as leis da Argentina, com sede na Cidade Autônoma de Buenos Aires, que por sua vez é controladora da ARMETAL AUTOPARTES S.A.; (ii) ações representativas de 99,99% do capital social da ARMETAL AUTOPARTES S.A., que, por sua vez detém 76,09% das ações representativas do capital social da FARLOC ARGENTINA S.A.C. y F., ambas sociedades anônimas constituídas de acordo com as leis da Argentina, com sede na Cidade Autônoma de Buenos Aires; e, (iii) ações representativas de 100% do capital social da FANACIF S.A., sociedade anônima fechada constituída de acordo com as leis do Uruguai, com sede em Montevideu.

O principal objetivo da Companhia com o negócio é reforçar sua atuação global, aumentar o portfólio de produtos, expandir sua participação no mercado de distribuição de autopeças e ampliar sua capacidade produtiva.

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017 a Companhia constituiu a Fras-le Pan-americana, que consiste em um escritório comercial na cidade de Bogotá, e um *warehouse* na cidade de Cartagena, em uma zona franca.

O principal objetivo com esta operação é melhorar na competitividade local, principalmente em materiais de fricção para a linha leve, e com isso aumentar as vendas na Colômbia, Peru, Equador, América Central e no Caribe, e uma das estratégias será ter os produtos disponíveis, através do novo Centro de distribuição.

c) Eventos ou operações não usuais

Não foram evidenciados eventos subsequentes ou operações não usuais no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, que não estejam relatados neste relatório.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

a) Mudanças significativas nas práticas contábeis

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), homologadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Para o exercício de 2019 ocorreram as seguintes mudanças significativas nas práticas contábeis adotadas e já divulgadas ao mercado pela Companhia.

a. CPC 06 (R2) (IFRS 16) - Operações de arrendamento mercantil

Adoção inicial

A norma IFRS 16/ CPC 06 (R2) é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2019, e tem como objetivo unificar o modelo de contabilização do arrendamento, exigindo dos arrendatários reconhecer os passivos assumidos em contrapartida aos respectivos ativos correspondentes ao seu direito de uso para todos os contratos de arrendamento, a menos que apresente as seguintes características que estão no alcance da isenção da norma:

Contrato com um prazo inferior ou igual a doze meses; e

Possua arrendamentos de ativos de baixo valor ou tenha como base valores variáveis.

A Companhia realizou a revisão dos contratos de arrendamento em face das novas regras contábeis de arrendamento no IFRS 16 (CPC 06 (R2)). A norma afeta, em especial, a contabilização dos arrendamentos operacionais da Companhia. A Companhia incluiu no reconhecimento inicial as isenções da norma.

Transição

A Companhia aplicou o IFRS 16 (CPC 06 (R2)) inicialmente em 1º de janeiro de 2019 utilizando a abordagem retrospectiva simplificada. Foi utilizado o expediente prático com relação à definição de contrato de arrendamento, ou seja, não serão considerados contratos de arrendamento anteriores a 1º de janeiro de 2019, de curto prazo ou de baixo valor.

A abordagem definida pela Companhia não exige a reapresentação dos valores e não impacta o patrimônio líquido e o cálculo de distribuição dos juros sobre capital próprio do exercício anterior, além de possibilitar a utilização dos expedientes práticos.

A Companhia possui arrendamentos de terrenos, prédios, máquinas, equipamentos e veículos utilizados para a operação. A mensuração dos contratos corresponde ao total dos pagamentos futuros de aluguéis fixos, sendo consideradas as renovatórias de acordo com o histórico de renovações e quando identificamos a “razoável certeza” da renovação. Esses fluxos de pagamentos são ajustados a valor presente, considerando a taxa de desconto, baseada na taxa média de captação de empréstimos da Companhia.

Companhia optou pela utilização do expediente prático de utilizar uma taxa de desconto única de acordo com os respectivos prazos para os contratos que apresentam características semelhantes e não considerar os custos diretos iniciais.

b. ICPC 22 - Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro

A Interpretação (equivalente à interpretação IFRIC 23) trata da contabilização dos tributos sobre o lucro nos casos em que os tratamentos tributários envolvem incertezas que afetam a aplicação da IAS 12 (CPC 32) e não se aplica

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

a tributos fora do âmbito da IAS 12 nem inclui especificamente os requisitos referentes a juros e multas associados a tratamentos fiscais incertos. A Interpretação aborda especificamente o seguinte:

Se a entidade considera tratamentos fiscais incertos separadamente.

As suposições que a entidade faz em relação ao exame dos tratamentos tributários pelas autoridades fiscais.

Como a entidade determina o lucro real (prejuízo fiscal), bases de cálculo, prejuízos fiscais não utilizados, créditos tributários extemporâneos e alíquotas de imposto.

Como a entidade considera as mudanças de fatos e circunstâncias.

A Companhia determina se considera cada tratamento tributário incerto separadamente ou em conjunto com um ou mais tratamentos fiscais incertos e considera a abordagem que melhor prevê a resolução da incerteza.

A Companhia aplica julgamento significativo na identificação de incertezas sobre tratamentos de imposto de renda. Considerando que a Companhia atua em um ambiente multinacional complexo, avaliou se a Interpretação teve impacto em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

c. CPC 33 (R1) - Alterações, reduções ou liquidação de planos

As alterações ao CPC 33 (R1) abordam a contabilização quando ocorre alteração, redução ou liquidação de um plano durante o período. As alterações especificam que quando ocorre alteração, redução ou liquidação do plano durante o período anual coberto nas demonstrações financeiras, a entidade deve determinar o custo do serviço atual para o período remanescente após a alteração, redução ou liquidação do plano, usando as premissas atuariais utilizadas para reavaliar o passivo (ativo) líquido do benefício definido, refletindo os benefícios oferecidos pelo plano e os ativos do plano após aquele evento. A entidade deve também apurar os juros líquidos para o período remanescente após alteração, redução ou liquidação do plano, usando o passivo (ativo) líquido do benefício definido refletindo os benefícios oferecidos pelo plano e os ativos do plano após aquele evento, bem como a taxa de desconto usada para reavaliar este passivo (ativo) líquido do benefício definido.

Para o exercício de 2018 ocorreram as seguintes mudanças significativas nas práticas contábeis adotadas e já divulgadas ao mercado pela Companhia.

CPC 47/IFRS 15

Em 1º de janeiro de 2018 a Companhia adotou o CPC 47/IFRS 15. Ele orienta que a receita de contrato com clientes seja reconhecida quando o controle de bens e serviços for transferido para o cliente por um valor que reflita a contraprestação à qual a Companhia espera ter direito em troca destes bens e serviços. Normalmente este reconhecimento de receita ocorre na entrega do produto ou serviço, e a Companhia considera se existem outras promessas de contrato que são obrigações de performance distintas, para as quais uma parcela do preço da transação precisa ser alocada, a exemplo disto temos as garantias. O CPC 47 estabelece um modelo de cinco etapas de reconhecimento de receita proveniente de contrato com clientes que são: contraprestação variável, componente de financiamento significativo, garantias, programa de incentivos de vendas e contas a receber de clientes.

CPC 48/IFRS 9

A norma IAS 39/CPC 38 foi substituída, desde 1º de janeiro de 2018, pelo CPC 49/IFRS 9 – Instrumentos financeiros. As principais mudanças ocorridas com essa substituição foram:

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

1. Classificação e mensuração de ativos financeiros: os instrumentos de dívida são mensurados pelo valor justo por meio do resultado, custo amortizado ou valor justo por meio de outros resultados abrangentes;
2. Redução do valor recuperável (substituição de "perdas incorridas" por um modelo prospectivo de "perdas em crédito esperadas": as perdas de créditos esperadas são registradas em todos os títulos de dívida, empréstimos e contas a receber de clientes, com base em 12 meses ou por toda a vida.
3. Contabilidade de *hedge*.

Para o exercício de 2017 não ocorreram mudanças significativas nas práticas contábeis adotadas e já divulgadas ao mercado pela Companhia.

b) Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Efeitos referentes ao exercício 2019

a. CPC 06 (R2) (IFRS 16) - Operações de arrendamento mercantil

O impacto da adoção inicial do IFRS 16 (CPC 06 (R2)) em 1º de janeiro de 2019 está apresentado abaixo:

	Controladora	Consolidado
	01/01/2019	01/01/2019
Ativo	24.924	79.376
Realizável a longo prazo		
Ativos de direito de uso de arrendamento	24.924	79.376
Passivo	24.924	79.376
Circulante		
Passivos de arrendamento	4.820	9.000
Não circulante		
Passivos de arrendamento	20.104	70.376

Conforme orientações do ofício CVM 02/19, a Companhia realizou cálculo dos fluxos de caixa futuros com base em taxa nominal para fins de avaliação dos usuários caso tivéssemos adotado a taxa nominal no balanço. Em 31 de dezembro de 2019, os impactos de depreciação no resultado da Companhia seriam de R\$ 5.258 na controladora e R\$ 11.867 no consolidado. Os juros decorrentes de arrendamentos na controladora e consolidado seriam de R\$ 727 e R\$ 2.093, respectivamente.

b. ICPC 22 - Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro

Na avaliação da Administração da Companhia, não existiram impactos significativos em decorrência da interpretação, uma vez que todos os procedimentos adotados para a apuração e recolhimento de tributos sobre o lucro estão amparados na legislação e precedentes de Tribunais Administrativos e Judiciais.

c. CPC 33 (R1) - Alterações, reduções ou liquidação de planos

As alterações não tiveram impacto sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, uma vez que não houve nenhuma alteração, restrições ou liquidações no plano durante o exercício.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**Efeitos referentes ao exercício 2018****CPC 47/IFRS 15**

A Companhia analisou seus processos relativos ao CPC 47/IFRS 15 e não foram identificados contratos que impactem significativamente suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

CPC 48/IFRS 9

Os requisitos de classificação e mensuração do CPC 48 não tiveram impacto significativo na Companhia.

A seguir estão apresentadas as mudanças na classificação dos ativos financeiros da Companhia:

Controladora

	<u>31 de dezembro de 2017 - IAS 39/ CPC38</u>		<u>1º de janeiro de 2018 - IFRS 9/ CPC 48</u>	
	Empréstimos E recebíveis	Valor justo Por meio do Resultado	Custo amortizado/ Análise Perda Esperada	Valor justo Por meio do Resultado
Caixa e equivalentes de caixa	-	18.639	-	18.639
Aplicações de liquidez imediata	-	197.497	-	197.497
Clientes	187.402	-	187.402	-
Clientes empresas ligadas	768	-	768	-
Aplicações de liquidez não imediata (CP))	-	241.473	-	241.473
Total	188.170	457.609	188.170	457.609

Consolidado

	<u>31 de dezembro de 2017 - IAS 39/ CPC38</u>		<u>1º de janeiro de 2018 - IFRS 9/ CPC 48</u>	
	Empréstimos E recebíveis	Valor justo Por meio do Resultado	Custo amortizado/ Análise Perda Esperada	Valor justo Por meio do Resultado
Caixa e equivalentes de caixa	-	33.716	-	33.716
Aplicações de liquidez imediata	-	204.057	-	204.057
Clientes	77.793	-	77.793	-
Clientes empresas ligadas	-	-	-	-
Aplicações de liquidez não imediata (CP)	-	241.473	-	241.473
Outros direitos realizáveis	191	-	191	-
Total	77.794	479.246	77.794	479.246

A Companhia avaliou seu modelo atual de provisão de perdas com devedores duvidosos, e constatou que a alteração da norma não apresentou impacto relevante em suas demonstrações financeiras.

c) Ressalvas e ênfase presentes no relatório do auditor

A Companhia não possui ressalva ou ênfase em suas Demonstrações Financeiras Consolidadas.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

Na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração deve exercer estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas.

As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

Incertezas sobre premissas e estimativas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são destacadas a seguir:

a. *Receita de contrato com cliente*

A Companhia aplicou julgamentos sobre as receitas de contrato com o cliente em relação a determinação do valor e do momento do reconhecimento da receita com cliente.

b. *Provisão para perdas de crédito esperadas para contas a receber e ativos de contrato*

A Companhia utiliza uma matriz de provisão para calcular a perda de crédito esperada para contas a receber e ativos de contrato. As taxas de provisão aplicadas são baseadas em dias de atraso para agrupamentos de vários segmentos de clientes que apresentam padrões de perda semelhantes (como, por exemplo, por tipo de cliente e risco de crédito, entre outras).

A matriz de provisão baseia-se inicialmente nas taxas de perda histórica observadas pela Companhia.

A Companhia revisa a matriz de forma prospectiva para ajustá-la de acordo com a experiência histórica de perda de crédito.

Anualmente, as taxas de perda histórica observadas são atualizadas e as mudanças nas estimativas prospectivas são analisadas. A avaliação da correlação entre as taxas de perda histórica observadas, as condições econômicas previstas e as perdas de crédito esperadas são uma estimativa significativa.

A quantidade de perdas de crédito esperadas é sensível a mudanças nas circunstâncias e nas condições econômicas previstas. A experiência histórica de perda de crédito da Companhia e a previsão das condições econômicas também podem não representar o padrão real do cliente no futuro.

Mensuração ao valor justo de propriedades para investimento

O valor justo das propriedades para investimento foi determinado por avaliadores imobiliários externos independentes, com qualificação profissional adequada e reconhecida, e experiência recente na localidade e na categoria da propriedade que está sendo avaliada. Os avaliadores independentes fornecem o valor justo da carteira das propriedades para investimento a cada data de reporte.

c. *Impostos*

Existem incertezas em relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e à época de resultados tributáveis futuros. Dado amplo aspecto de relacionamentos de negócios internacionais, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos registrada.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

A Companhia constitui provisões, com base em estimativas confiáveis, para possíveis consequências em eventuais fiscalizações por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de fiscalizações anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela Companhia e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

Imposto diferido ativo é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, com estratégias de planejamento fiscal.

d. *Plano de pensão e benefício pós-emprego a funcionários*

O valor atual de obrigações de planos de pensão depende de uma série de fatores que são determinados utilizando métodos de avaliação atuarial. A avaliação atuarial envolve o uso de premissas sobre as taxas de desconto, taxas de retorno de ativos esperadas, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e pensões. A obrigação de benefício definido é altamente sensível a mudanças nessas premissas. A taxa de mortalidade se baseia em tábuas de mortalidade disponíveis no país. Aumentos futuros de salários e de benefícios de aposentadoria e de pensão se baseiam nas taxas de inflação futuras esperadas para o país.

e. *Mensuração ao valor justo de instrumentos financeiros*

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados, por exemplo risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

f. *Provisões para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e previdenciários*

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis, trabalhistas e previdenciárias. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

g. *Impairment de ativos não financeiros*

A Administração revisa anualmente o valor recuperável dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor justo líquido das despesas de venda é determinado, sempre que possível, com base em transações recentes de mercado entre partes conhecedoras e interessadas com ativos semelhantes. Na

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

ausência de transações observáveis neste sentido, uma metodologia de avaliação apropriada é utilizada. Os cálculos dispostos neste modelo são corroborados por indicadores disponíveis de valor justo, como preços cotados para entidades listadas, entre outros indicadores disponíveis.

A Companhia baseia sua avaliação de redução ao valor recuperável com base nas previsões e orçamentos financeiros mais recentes, os quais são elaborados separadamente pela Administração para cada unidade geradora de caixa às quais os ativos estejam alocados. As projeções baseadas nestas previsões e orçamentos geralmente abrangem o período de cinco anos.

A perda por desvalorização do ativo é reconhecida no resultado de forma consistente com a função do ativo sujeito à perda. A perda por redução ao valor recuperável é revertida apenas se tiver havido mudança nas estimativas utilizadas. A reversão é limitada ao valor contábil do ativo líquido de depreciação, amortização ou exaustão. Essa reversão é reconhecida no resultado.

O teste de redução ao valor recuperável do ágio é feito anualmente utilizando bases de 31 de outubro ou quando as circunstâncias indicarem que o valor contábil tenha se deteriorado.

A perda por desvalorização de uma unidade geradora de caixa ao qual o ágio está relacionado é reconhecida quando o valor recuperável da unidade é inferior ao valor contábil. A perda é reconhecida e alocada para reduzir o valor contábil dos ativos na seguinte ordem: (a) reduzindo o valor contábil do ágio alocado à unidade geradora de caixa; e (b) a seguir, aos outros ativos da unidade proporcionalmente ao valor contábil de cada ativo. A perda por redução no valor recuperável do ágio não é revertida.

h. Evidenciação de economia altamente hiperinflacionária

A norma de contabilidade e evidenciação de economia altamente inflacionária, qual seja, o parágrafo 3 do CPC 42/IAS 29, não prevê o uso de um índice específico de preços, mas permite que seja usado julgamento na definição de índice de preços quando a correção monetária das demonstrações contábeis se torna necessária. Dessa forma, os índices utilizados foram baseados nas informações emitidas pelo INDEC (Instituto Nacional de Estatística e Censos da Argentina): *IPIM - Índice de Precios Internos al por Mayor* e *IPC - Índice de precios al consumidor*.

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs

a) os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como (i) arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos; (ii) carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos; (iii) contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços; (iv) contratos de construção não terminada; (v) contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não aplicável. Não houve itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017.

b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não aplicável. Não houve itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017.

10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados**a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor**

Não aplicável. Não houve itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017.

b. natureza e o propósito da operação

Não aplicável. Não houve itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017.

c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não aplicável. Não houve itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

a. Investimentos em andamento e previstos

i. Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

O principal investimento da Companhia nos últimos três exercícios sociais foi em máquinas e equipamentos utilizados em suas unidades fabris, tanto para fins de manutenção, quanto para fins de crescimento orgânico (aumento de capacidade produtiva).

A tabela abaixo demonstra os investimentos da Companhia em ativo imobilizado e intangível nos últimos três exercícios sociais e no exercício social corrente:

	Terrenos e prédios	Máquinas, equip. e moldes	Móveis e Utensílios	Equip. de computação	Veículos	Imob. em andamento	Software, licenças e outros	Total
Saldo em 01 de janeiro de 2017	152.385	613.216	11.946	10.068	1.861	15.839	35.490	840.805
Aquisições	81	5.720	474	612	-	34.546	2.302	43.735
Novos negócios e mais valia	21.547	16.074	292	638	867	743	55.223	95.384
Baixas	-79	-20.333	-467	-221	-559	-913	-3.002	-25.574
Transferências	8.258	9.161	77	30	3	-17.722	193	0
Variação cambial	182	2.432	2	47	-41	122	96	2.840
Saldo em 31 de dezembro de 2017	182.374	626.270	12.324	11.174	2.131	32.615	90.302	957.190
Aquisições	523	37.538	820	1.794	263	47.859	76.560	165.357
Novos negócios e mais valia	46.020	101.182	2.139	1.745	449	2.302	30.934	184.771
Baixas	-2.359	-25.900	-345	-323	-56	-8.462	-229	-37.674
Transferências	-2.590	5.128	9.052	322	-12	-16.955	1.277	-3.778
Variação cambial	2.617	13.604	84	149	-270	2.241	-8.861	9.564
Ajuste correção monetária	3.328	6.083	249	1.197	1.541	-	88	12.486
Saldo em 31 de dezembro de 2018	229.913	763.905	24.323	16.058	4.046	59.600	190.071	1.287.916
Aquisições	348	17.659	660	563	608	60.630	830	81.298
Novos negócios e mais valia								0
Baixas	-399	-1.143	-419	-36	-154	-16	-59	-2.226
Transferências	1.164	26.123	2.808	177	42	-30.474	160	0
Variação cambial	369	2.909	254	-86	-217	826	-16.434	-12.379
Ajuste correção monetária	559	1.602	38	326	697	9	34.038	37.269
Saldo em 31 de dezembro de 2019	231.954	811.055	27.664	17.002	5.022	90.575	208.606	1.391.878

Em relação às aquisições do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, o Capex realizado atingiu o montante de R\$ 83,2 milhões, sendo os principais: R\$ 32,2 milhões na unidade da Fras-le em Caxias do Sul, equivalentes a máquinas, equipamentos, ferramentas e moldes e NR-12. Na Fremax os valores de investimentos totalizaram R\$ 22,8 milhões, sendo a maior parte deste valor utilizada na aquisição de novas máquinas e equipamentos para ampliação da capacidade da fundição. Em relação às outras controladas, os principais desembolsos estão relacionados a máquinas e equipamentos pela operação da Ásia, que contabilizou R\$ 14,6 milhões, às operações da Índia e dos Estados Unidos, cada uma com aproximadamente R\$ 3,4 milhões.

É necessário destacar que no 4T19 ocorreu uma reorganização societária nas operações da Fremax, onde inicialmente a subsidiária Fras-le Argentina incorporou a Euroexpo, que correspondia a um Centro de Distribuição localizado na Argentina, sendo que essa operação possuía o controle acionário da Eurobrakes, que consiste em um Centro de Distribuição localizado na Holanda.

Em um segundo momento a unidade da Fras-le de Caxias do Sul adquiriu da subsidiária Fras-le Argentina a participação societária da Eurobrakes, passando de controlada indireta para direta, com 100% de participação no capital desta operação.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

Após todos os efeitos decorrentes destas reorganizações, remanesceu um saldo líquido de investimento equivalente a R\$ 9,2 milhões para a Fras-le unidade de Caxias do Sul, sendo que este valor foi amortizado do saldo devedor de mútuo que a subsidiária Fras-le Argentina possui com a Controladora.

Em 17 de fevereiro de 2020 a Companhia divulgou a projeção empresarial (*Guidance*) a ser acompanhada no ano de 2020, sendo que a previsão para investimentos é de R\$ 60,0 milhões. Este valor não contempla os valores oriundos da operação da empresa Nakata Automotiva S/A, pois sua aquisição está condicionada ao atendimento de condições precedentes.

ii. Fontes de financiamento dos investimentos

A Companhia pretende utilizar como fontes de financiamento dos investimentos sua própria geração de caixa operacional, bem como empréstimos usualmente captados pela Companhia no curso normal de seus negócios, em especial, empréstimos com recursos do BNDES e financiamentos à exportação.

iii. Desinvestimentos em andamento e previstos

Até a data deste Formulário de Referência, não havia nenhum desinvestimento previsto ou em andamento.

b. Aquisição já divulgada de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia

Aquisição Grupo ARMETAL AUTOPARTES S.A ("Armetal")

Conforme fato relevante divulgado em 13 de novembro de 2017, a Companhia celebrou contratos de Compra e Venda de Participações Societárias e Outras Avenças ("Contratos"), com o objetivo de adquirir as seguintes participações societárias: (i) ações representativas de 100% do capital social da PALR S.A., sociedade anônima fechada constituída de acordo com as leis da Argentina, com sede na Cidade Autônoma de Buenos Aires, que por sua vez é controladora da ARMETAL AUTOPARTES S.A.; (ii) ações representativas de 99,99% do capital social da ARMETAL AUTOPARTES S.A., que, por sua vez detém 76,09% das ações representativas do capital social da FARLOC ARGENTINA S.A.C. y F., ambas sociedades anônimas constituídas de acordo com as leis da Argentina, com sede na Cidade Autônoma de Buenos Aires; e, (iii) ações representativas de 100% do capital social da FANACIF S.A., sociedade anônima fechada constituída de acordo com as leis do Uruguai, com sede em Montevideú.

O principal objetivo da Companhia com o negócio é reforçar sua atuação global, aumentar o portfólio de produtos, expandir sua participação no mercado de distribuição de autopeças e ampliar sua capacidade produtiva.

O fechamento do negócio ocorreu efetivamente em 4 de dezembro de 2017, após o cumprimento das condições precedentes, inclusive a aprovação pelos acionistas da Companhia em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 29 de novembro de 2017.

Em 1º de março de 2018, foi concluído o laudo de avaliação do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos nesta aquisição, para alocação do pagamento e apuração final do ágio, em conformidade com normas contábeis CPC 15 (R1) - Combinações de negócios (IFRS 3). Para essa avaliação foi considerada a data-base de 30 de novembro de 2017, data do último balanço levantado pelas adquiridas antes da data de aquisição.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

Aquisição Jurid do Brasil Sistemas Automotivos Ltda. ("Jurid")

Conforme fato relevante divulgado em 8 de janeiro de 2018, as condições precedentes ao Fechamento do Acordo de Associação com a Federal Mogul VCS Holding BV ("Federal Mogul") foram atendidas e foram firmados todos os documentos necessários para a transferência da participação societária adquirida, correspondente a 80,1% das quotas representativas do capital social da Jurid, com sede em Sorocaba - São Paulo. Nesta data a Companhia assume efetivamente o controle da Jurid.

O principal objetivo da Companhia, com a aquisição do negócio, é reforçar sua atuação na fabricação e distribuição de produtos de freio *premium* para fabricantes de veículos de equipamentos originais e clientes de pós-venda nos mercados de veículos leves no Brasil e em toda a América do Sul.

Em 18 de dezembro de 2018, foi concluído o laudo de avaliação do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos nesta aquisição, para alocação do pagamento e apuração final da compra vantajosa, em conformidade com normas contábeis CPC 15 (R1) - Combinações de negócios (IFRS 3). Para essa avaliação foi considerada a data-base de 31 de dezembro de 2017, data do último balanço levantado pelas adquiridas antes da data de aquisição.

Constituição da ASK Fras-le Friction Private Limited. ("ASK Fras-le")

Conforme fato relevante divulgado em 05 de dezembro de 2017, a Companhia celebrou, contrato de Associação ("JV") com a ASK Automotive Private Limited ("ASK"), para a composição de sociedade em comum, por tempo indeterminado, localizada em Manesar, Estado de Haryana, Índia, que foi denominada ASK Fras-le Private Limited ("ASK Fras-le").

O principal objetivo da Companhia com a sociedade é de produzir lonas e pastilhas, exclusivamente para veículos comerciais acima de 3,5 toneladas, destinadas ao mercado de reposição e montadora.

Em 25 de janeiro de 2018 a Companhia comunicou aos seus acionistas e ao mercado em geral que as condições precedentes ao fechamento da Associação com a ASK Automotive Private Limited ("ASK") foram atendidas e que, naquela data, foram firmados todos os documentos de Fechamento, inclusive aqueles necessários ao aporte dos recursos pelas sócias para a ASK Fras-le Friction Private Limited ("ASK Fras-le"), permitindo dar início as atividades produtivas e operacionais daquela unidade.

Aquisição da Fremax Sistemas Automotivos Eireli ("Fremax")

Conforme fato relevante divulgado em 5 de outubro de 2018, as condições precedentes ao Fechamento relativo à compra das ações representativas da totalidade do capital social da Jofund S.A. foram atendidas e foram firmados todos os documentos necessários para a transferência da participação societária adquirida, com sede em Joinville-Santa Catarina. Naquela data, a Companhia assumiu efetivamente o controle da Jofund.

A Empresa possui uma unidade no Brasil, e negócios de distribuição no exterior por meio da EuroBrakes (Holanda) e EuroExpo (Argentina).

O principal objetivo da Companhia, com a aquisição do negócio é a ampliação do portfólio de produtos e a busca de sua consolidação na posição de liderança de mercado neste segmento no Brasil, reforçando também seu mix de produtos para oferta global. A aquisição buscou criar condições favoráveis para prosseguimento da trajetória de crescimento da Companhia, através da sinergia entre os negócios de disco de freios e pastilhas, o que ampliará a oferta de produtos e melhor atendimento às necessidades do mercado.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

Em 31 de janeiro de 2019, foi concluído o laudo de avaliação do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos nesta aquisição, para alocação do pagamento e apuração final do ágio, em conformidade com normas contábeis CPC 15 (R1) - Combinações de negócios (IFRS 3). Para essa avaliação, foi considerada a data-base de 30 de setembro de 2018, data do último balanço levantado pelas adquiridas, antes da data de aquisição.

Aquisição Nakata Automotiva S.A. ("Nakata")

Em 17 de dezembro de 2019 a Companhia comunicou aos seus acionistas e ao mercado em geral, através Fato Relevante, que celebrou contrato, com o objetivo de adquirir a totalidade das ações representativas do capital social da Nakata Automotiva S.A., com sede na cidade de Osasco, Estado de São Paulo. O principal objetivo da Companhia com o negócio é reforçar sua atuação no segmento de reposição de autopeças, devido ao aumento do portfólio de produtos, o que representa um diferencial competitivo neste mercado. A Companhia assumirá efetivamente o controle e gestão da empresa adquirida, após o cumprimento das condições precedentes, dentre elas a aprovação do CADE e dos demais órgãos de defesa da concorrência em outras jurisdições, conforme aplicável, e a realização da Assembleia Geral Extraordinária ("AGE") para aprovação dos acionistas da Companhia.

O principal objetivo da Companhia com o negócio é reforçar sua atuação no segmento de reposição de autopeças, devido ao aumento do portfólio de produtos, o que representa um diferencial competitivo neste mercado.

c. Novos produtos e serviços

Não aplicável.

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

Os números referentes às destinações do lucro e distribuição de dividendos do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 referem-se à proposta elaborada pela Companhia e aprovada na Assembleia Geral Ordinária realizada em 08 de abril de 2020.

Não há outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional da Companhia e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.